



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

JULIANA STEFANES

**CONFLITOS TERRITORIAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE  
APUCARANINHA:  
PERSPECTIVAS SOBRE O ESPAÇO E A NATUREZA.**

---

Londrina  
2017

JULIANA STEFANES

**CONFLITOS TERRITORIAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE  
APUCARANINHA:  
PERSPECTIVAS SOBRE O ESPAÇO E A NATUREZA.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de História  
da Universidade Estadual de Londrina, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda

Londrina  
2017

JULIANA STEFANES

**CONFLITOS TERRITORIAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE  
APUCARANINHA:  
PERSPECTIVAS SOBRE O ESPAÇO E A NATUREZA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Wander de Lara Proença  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Richard Gonçalves André  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 03 de março de 2017.

*Dedico este trabalho aos meus pais,  
Beatriz e Rogério...*

## **AGRADECIMENTOS**

Cada pessoa que conhecemos, livro lido e experiência vivida em nossa vida é parte da construção de nossas identidades, no plural pois somos múltiplos e contraditórios. Portanto agradecer os encontros e desencontros deveria ser um ato diário, em que a conclusão é que a cada dia podemos nos tornar pessoas melhores. Agradeço as incoerências da vida que as vezes nos fazem tomar os caminhos mais longos, e que me permitiram aprender a gostar da pessoa em quem me transformei.

Ao meu orientador formal Gilmar Arruda, que teve muita paciência e calma, que me orientou nos corredores mesmo quando eu fugia, e que, sem dúvida, foi a quem acreditou que algo brotaria desse esforço. Aos professores da primeira etapa de minha formação realizada na Universidade Federal do Paraná, que foram parte fundamental da construção e desconstrução de minhas percepções. Aos professores de minha segunda etapa na Universidade Estadual de Londrina que questionaram o que eu acreditava saber.

Aos colegas que se transformam em amigos, que aprendem a falar a mesma língua. Aos amigos que são parte da família. Barbara Caramuru me ensinou a ser leve e acreditar que tudo vai dar certo. Fabiano Rodrigues Silva que esteve no mesmo barco. Luana Bastos que sempre apareceu na hora mais improvável e sempre acertou o momento. Ao trio Eduardo, Amabyle e Lucas que me receberam de braços abertos.

Gostaria de agradecer os espaços de memória e documentação que abriram as portas e compartilharam suas informações; Biblioteca Pública de Londrina, Câmara Municipal de Londrina e Folha de Londrina.

“Ali encontramos lado a lado os restos de povos indígenas, ainda próximos dos centros civilizados, e as formas mais modernas da colonização interna. Assim foi para essa zona do Norte do Paraná que orientei minhas primeiras excursões.” Claude Lévi-Strauss (1955)

“Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracteriza suas primeiras relações com o entorno natural.” Milton Santos (1988)

STEFANES, Juliana. **Conflitos territoriais da Usina Hidrelétrica de Apucarantina**: perspectivas sobre o espaço e a natureza. 2017. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

## RESUMO

A partir da proposta de construção de uma História Ambiental, o objetivo deste trabalho foi explorar as diferentes significações construídas sobre a noção de natureza em um espaço de conflito territorial, a Usina Hidrelétrica de Apucarantina. Ao reconstruir o contexto de construção deste objeto técnico, no final da década de 1940, identificamos que a implementação deste um empreendimento, gerador de energia elétrica, ocorre em meio as políticas desenvolvimentistas nacionais. A sociedade moderna brasileira buscou através instrumentalização da natureza uma vida mais confortável e civilizada. Considerando os recorrentes embates entre a comunidade indígena Kaingang e a empresa concessionária responsável pelo aproveitamento hídrico, exploramos as diferentes compreensões de natureza atribuídas ao espaço em que foi construída a usina.

**Palavras-chave:** História Ambiental; Território; Desenvolvimento; Kaingang; Hidrelétricas.

STEFANES, Juliana. **Territorial conflicts of the Apucarantina Hydroelectric Power Plant: perspectives on nature**. 2017. 64 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

### **ABSTRACT**

The objective of this work was to explore the different meanings created surrounding the notion of nature, from a perspective of an Environmental History. The object of this research the Apucarantina Hydroelectric Power Plant is a place of territorial conflict. Reconstructing the context of construction of this technical object, in the late 1940s, we identified that the implementation of this enterprise, generator of electric energy, occurs in the midst of national development policies. The modern Brazilian society sought through instrumentalization of nature a more comfortable and civilized life. Considering the recurring conflicts between the Kaingang indigenous community and the concessionaire responsible for the hydroelectric power plant, we explored the different understandings of nature attributed to the space in which the plant was built on.

**Key words:** Environmental History; Territory; Development; Kaingang; Hydroelectric.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Castelo D'Água (1948).....	15
<b>Figura 2</b> – Casa de máquinas (1948).....	16
<b>Figura 3</b> – Vista Geral da Tubulação (1948).....	22
<b>Figura 4</b> – Canais de Fuga (1948).....	23
<b>Figura 5</b> – Será anexado (1949).....	34
<b>Figura 6</b> – Índios obrigam Copel a desativar usina (2001).....	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANNEE	Agência Nacional de Energia Elétrica
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MPE	Ministério Público Estadual
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
TI	Território Indígena
UHE	Usina Hidrelétrica

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>ENERGIA E DESENVOLVIMENTO</b> .....	15
2.1	LUZ QUE ACENDE, LUZ QUE APAGA. QUAL É O CUSTO DESSE DESENVOLVIMENTO?.....	17
2.2	DESENVOLVIMENTO DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL:.....	21
2.3	MODERNIZAÇÃO UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	31
<b>3</b>	<b>POR UMA HISTÓRIA AMBIENTAL</b> .....	39
3.1	NATUREZA E ESPAÇO, REFLEXÕES TEÓRICAS.....	39
3.2	TERRA DE NINGUÉM, O PROBLEMA DE DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS.....	45
3.3	O LUGAR DOS RIOS, NA SOCIEDADE MODERNA E NAS SOCIEDADES TRADICIONAIS.....	49
3.4	TERRA, ÁGUA E CONFLITO.....	58
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	63

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é de explorar a relação intrínseca entre sociedade e natureza por um olhar histórico. Nossa relação com o espaço a nossa volta nos molda, assim como nós o transformamos. A organização social é fruto da relação que nossa espécie tem com a natureza, de seus significados atribuídos, de sua instrumentalização.

Para explorar o tema, tomamos como objeto o espaço de um conflito territorial contemporâneo, o Território Indígena (TI) de Apucarantina, local onde foi construído no final da década de 1940 a Usina Hidrelétrica (UHE) de Apucarantina. Atualmente a usina faz parte do complexo de pequenas usinas da Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Em meados de 1999 foi convocada uma audiência pública, para a inclusão de minorias no debate sobre, o projeto de lei que autorizaria a construção de outra usina hidrelétrica no Rio Tibagi. Esta nova intervenção no espaço inundaria parte de dois territórios indígenas Kaingang, contudo, as comunidades em uma ação conjunta barraram o projeto.

Neste espaço político aberto para comunicação – garantido pela Constituição de 1988 – novos questionamentos da comunidade emergiram sobre o acordo mantido com a concessionária responsável pela exploração, da já existente, hidrelétrica no Território Indígena de Apucarantina. Comunidade, que desde a década de 1950 coexiste com a exploração do rio para a geração de energia elétrica, buscaram por meios legais rever o acordo mantido, procurando uma compensação pelo uso de seu território demarcado desde início do século XX.

Para compreender este espaço de conflito do ponto de vista da História Ambiental, propomos três perguntas e suas conseqüentes implicações: Qual é o significado da construção, no final da década de 1940, da Usina Hidrelétrica de Apucarantina em um contexto macro? Quais as percepções de natureza envolvidas nas apropriações do espaço em conflito? Haveria uma permanência histórica da forma como é retratada a Usina Hidrelétrica de Apucarantina atualmente na mídia?

O primeiro capítulo **Energia e desenvolvimento** propõe historicizar a construção da Usina Hidrelétrica de Apucarantina. A primeira questão a ser abordada está relacionada a percepção retratada na revista **A pioneira**, – veículo de comunicação notável e de caráter propagandista – sobre a construção da usina hidrelétrica. Essa questão tem por objetivo compreender os significados existentes

da construção de um empreendimento técnico, gerador de energia elétrica voltado para o abastecimento de Londrina. Relacionando isto, com as políticas desenvolvimentistas nacionais, como também o apreço existente no período por uma sociedade moderna, confortável e civilizada, atingido pela instrumentalização da natureza.

Em **Por uma história ambiental**, segundo capítulo deste trabalho, debruça-se sobre as formas de compreender o espaço, sua ocupação e transformação ao longo da história. Expondo o ambiente biofísico como agente histórico, entendemos que a natureza tem um papel relevante nas formas de reprodução social. Compreendendo que o homem transforma a natureza para garantir a manutenção de suas organizações sociais, assim como, se adapta a realidade biofísica à sua volta.

O rio tem espaço privilegiado neste mesmo capítulo, não só por ser o elemento determinante no planejamento e construção de projetos de aproveitamento hídrico, mas também como elemento fundamental das culturas e tradições de comunidades indígenas. A questão de demarcação de territórios indígenas também é alvo deste debate, tendo por objetivo compreender a relação destas comunidades, não apenas com o rio, mas também com a terra e seus modos de viver. Este questionamento faz referência as diferentes formas de compreender a natureza, presentes no Projeto de Decreto Legislativo 381-A de 1999, que tem por assunto a “autorização do uso de terras indígenas na região de São Jerônimo da Serra, no Tibagi”.<sup>1</sup>

Neste mesmo capítulo exploramos os discursos presentes em um artigo de jornal, de meados de 2001, identificando a ideologia que permeia o texto. Nas diversas falas presentes no artigo sobre o conflito territorial sobre a Usina Hidrelétrica de Apucarantina há indícios de permanência de uma lógica relacionada a percepção e instrumentalização do espaço natural. Tendo como assunto o litígio entre a comunidade indígena e a COPEL, o artigo expõe as relações que a sociedade contemporânea hegemônica têm com a natureza.

Publicado em fevereiro de 2015, pela Empresa de Pesquisa Energética\*, as nota técnicas de **Projeção de demanda de energia elétrica: para**

1 LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. Projeto de Decreto Legislativo Nº 381-A de 1999. Disponível em: <<http://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/pesquisaleis.xhtml#>>. Acesso em: 08/01/2015.

\* Empresa pública instituída nos termos da Lei nº10.847, de 15 de março de 2004, e do Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

**os próximos 10 anos (2015-2024)**<sup>2</sup> apontam para algumas tendências em relação ao setor de produção energética. A empresa pública responsável por esta publicação têm por finalidade prestar serviços na área de pesquisa e planejamento do setor, sendo as análises técnicas apresentadas de sua total responsabilidade. Contudo seus dados são obtidos em colaboração com diversos setores consumidores, em especial a da indústria eletrointensiva responsável pelo consumo de quarenta por cento do consumo total industrial. A proposta também conta com projeções demográficas e de evolução socioeconômica. As notas técnicas apontam que um dos fatos da estagnação da economia brasileira é a pouca competitividade industrial. Acomodar a expansão da produção energética para atender os segmentos consumidores de energia – cadeia de alumínio (inclui produção de alumina e a extração de bauxita), siderurgia, ferroligas, pelotização, cobre, petroquímica, soda cloro, papel e celulose, e cimento – produtores dos insumos básicos é ponto central. “Esses insumos básicos e os materiais a partir deles fabricados estão intimamente ligados ao modelo de desenvolvimento econômico da sociedade contemporânea”.<sup>3</sup>

Tendo em consideração que o setor industrial é influenciado pelas variáveis econômicas nacionais e internacionais, o relatório prevê a expansão, em especial do segmento eletrointensivo que fornece os insumos básicos. Considera que a expansão da produção de energia elétrica é vital para este segmento, pois são controlados em sua grande maioria por grandes grupos empresariais de atuação global. Desta forma o desenvolvimento econômico do país em um cenário globalizado, que é tão almejado atualmente, depende que a produção energética seja segura e seu o suprimento garantido, assim como tenha preços competitivos, o que torna o país mais atraente para investimentos. Está previsto um crescimento do consumo de energia elétrica para os próximos 10 anos: para a classe residencial na taxa de 4,4% ao ano, considerando as variáveis demográficas; classe comercial com taxa de 5,2% ao ano; industrial com 3,7%; outros consumidores com taxa de 3,7% ao ano.

---

2 EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Projeção da Demanda de Energia Elétrica:** para os próximos 10 anos (2015-2024). Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/DEA%2003-2015-%20Proje%C3%A7%C3%B5es%20da%20Demanda%20de%20Energia%20El%C3%A9trica%202015-2024.pdf>>. Acesso em: 28/09/2016.

3 *Ibid.*, p.7.

Problematizar o desenvolvimento técnico, econômico e produtivo vigente é um importante exercício de consciência para compreender os custos envolvidos na manutenção e expansão deste sistema. O controle da natureza exercitado pelos homens é apenas uma ilusão<sup>4</sup>, como afirma Donald Worster. Desde os primórdios das sociedades humanas estamos em direta relação com a natureza, atribuindo ao espaço a nossa volta significados e valores. Coabitamos e evoluímos em conjunto com a natureza que nos rodeia, dependemos do meio que nos cerca, da própria materialidade da natureza provendo o necessário para que possamos reproduzir nossa sociedade. Adaptamos o espaço a nossa volta e nos adaptamos a ele com práticas que buscaram o domínio: domesticamos animais, transformamos espécies selvagens de plantas em organismos geneticamente modificados, derrubamos a floresta e adotamos a monocultura em escala industrial, e das quedas d'água que eram meros obstáculos, represamos para que possa fornecer a energia elétrica necessária para construir um mundo moderno e confortável.

---

4 WORSTER, Donald. **Under western skies**: nature and history in the American west. Oxford University Press, USA, 1992.

## 2 ENERGIA E DESENVOLVIMENTO

Em setembro de 1948 foi publicada a terceira edição da revista ilustrada **A Pioneira**<sup>5</sup>, a mais nova revista da região, seu slogan “o retrato do Norte do Paraná” fazia jus às suas pretensões de ser a imagem dessa nova cidade que ebulia em meio ao sertão a ser desbravado. As fotografias tinham destaque nas requintadas páginas de papel couché de cuidadoso acabamento, e uma função primordial. Elas evocavam uma objetividade pretensa<sup>6</sup>. As imagens eram apresentadas como registros verdadeiros desse momento de transformação e divulgavam o norte paranaense. Nesta edição da revista, duas páginas foram dedicadas para ilustrar o processo de evolução do mais recente investimento em infraestrutura em Londrina, que chegava para sanar uma nova demanda, por um novo produto, a energia elétrica. As imagens mostram engenheiros sobre estruturas de concreto que formavam a base do que posteriormente veio ser a Usina Hidrelétrica de Apucarantina.

**FIGURA 1** – Castelo D'Água (1948)



Fonte: OBRAS da Usina do Apucarantina da Empresa Elétrica de Londrina. **A Pioneira**, Londrina, set. - dez. 1948. Sala Londrina, Biblioteca Pública de Londrina.

5 OBRAS da Usina do Apucarantina da Empresa Elétrica de Londrina. **A Pioneira**, Londrina, set. - dez. 1948. Sala Londrina, Biblioteca Pública de Londrina.

6 KOMARCHESQUI, B.M. **Retratos de uma cidade**: A fotografia no jornal Paraná-Norte (1934-1953) e na revista A Pioneira (1948-1954). Londrina: UEL, 2013. Dissertação de mestrado.

**FIGURA 2** – Casa de máquinas (1948)



Fonte: OBRAS da Usina do Apucarantina da Empresa Elétrica de Londrina. **A Pioneira**, Londrina, set. - dez. 1948. Sala Londrina, Biblioteca Pública de Londrina.

A revista ilustrada, a forma de utilização das fotografias e o objeto retratado, a Usina Hidrelétrica de Apucarantina, tinham algo em comum, demonstravam uma perspectiva ideológica, a qual tinha-se por interesse vincular a imagem da região a ideia do desenvolvimento, progresso e valorização das riquezas da região. A revista era um catálogo de propaganda da civilização chegando a fronteira. O objeto de análise desta pesquisa é a Usina Hidrelétrica de Apucarantina, neste capítulo temos o intuito de contextualizar a ideologia desenvolvimentista presente durante o seu processo de construção, observando quais as características dos projetos pautados para o setor energético, assim como as transformações estruturais advindas do processo de desenvolvimento desencadeado pelas políticas empreendidas pelo governo.

## 2.1. LUZ QUE ACENDE, LUZ QUE APAGA. QUAL É O CUSTO DESSE DESENVOLVIMENTO?

O ideal de desenvolvimento promovido, entre as décadas de 1930 à 1970, teve grande impacto nas políticas públicas. Nos dias atuais podemos perceber que esse ideal ainda reverbera em nossa sociedade. Não podemos deixar de constatar que houve uma melhora na qualidade de vida dos habitantes, mas como será apontado, o sistema econômico vigente não abarca toda a população. A adoção da lógica utilitarista capitalista, que otimizou a produção nacional, implementou soluções tecnológicas na indústria e agricultura, e reorganizou os espaços para a otimização. Também criou os adensamentos urbanos, a realocação de comunidades inteiras, apagou memórias, descreditou formas tradicionais de viver em que o sujeito tem o domínio do espaço para atender suas necessidades materiais. O desenvolvimento da ciência e tecnologia aliada ao sistema capitalista foram fatores importantes para transformar a sociedade em uma máquina produtiva.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos, aponta que a contemporaneidade, assim como o período que precedeu a revolução industrial – período da formação do paradigma científico – convive com a complexidade e ambiguidade, estamos presos ao passado e vislumbramos o futuro<sup>7</sup>.

A partir do iluminismo o conhecimento passa a ser concebido a partir de uma nova visão de mundo e paradigma, onde a luta contra o dogmatismo e a autoridade exerce um papel central. A distinção do conhecimento científico versus o senso comum, da humanidade versus a natureza, marca o início de uma era da racionalidade<sup>8</sup>. Para Sousa Santos o conhecimento científico vem auxiliar os homens na luta para dominar e controlar a natureza, que está passiva de ser desvendada e transformada em leis gerais. Relegando à desconfiança a experiência imediata dos sentidos, base do conhecimento do senso comum, do conhecimento tradicional. A observação livre e descomprometida dos fenômenos naturais transformou-se em um exame sistemático e rigoroso.

A tradução desse conhecimento tradicional para a linguagem quantificadora da matemática, busca a redução da complexidade, através de sínteses sistemáticas. Do complexo para o simples e regular, privilegiando o “como

---

7 SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

8 *Id.*

funciona?”. Esse conhecimento gera uma visão de um mundo mecânico, compreendido por ser estável, controlável e previsível. Pré-requisitos da transformação tecnológica e pilar da ideia de desenvolvimento.

O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar.<sup>9</sup>

No século XX, com o advento de uma economia global capitalista, este paradigma moderno traduz em uma perda de autonomia da ciência e do cientista, como aponta Santos. A industrialização da ciência se apresenta subordinada as prioridades de acordo com a demanda dos poderes econômicos, sociais e políticos. Por este motivo um olhar crítico é necessário para pensarmos as consequências diretas e indiretas que as usinas hidrelétricas têm sobre a sociedade. Afinal há benefícios, mas também um alto custo na qual precisamos saber: quem paga o quê? Esse debate foi promovido pelo engenheiro e geógrafo Oswaldo Sevá Filho na década de 1990, no livro compilado por Ana Luiza Martins **Hidrelétricas, ecologia e progresso: construções para um debate**<sup>10</sup>.

Sevá aponta algumas questões a serem contempladas, a primeira faz menção ao argumento recorrente de que usina hidrelétrica é uma opção “verde” e renovável, contudo questiona para quem é destinada essa alternativa. Que setor da população lucra com a obra e qual leva o prejuízo. O antropólogo Aurélio Viana corrobora com essa perspectiva de que há várias parcelas da população que nada têm a ganhar com a construção destes empreendimentos, ao apontar os efeitos socioambientais das hidrelétricas.

A inundação das terras mais férteis do país, o deslocamento compulsório de milhares de famílias de camponeses e povos indígenas, a altera o completa de ecossistemas aquáticos com efeitos desastrosos para a fauna e a flora das regiões afetadas pelos empreendimentos, são alguns dos efeitos dessa política de gera o de energia elétrica.<sup>11</sup>

---

9 SANTOS. *Op. Cit.*, p.51.

10 SEVÁ FILHO, Ars nio Oswaldo. “Quem inventa o pânico, que se explique, quem sofre ameaça, que se organize ...”. IN: COSTA, Ana Luiza B. Martins *et al.* **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribui es para um debate**. CEDI, 1990.

11 VIANNA, Aurélio. Apresenta o. IN: COSTA, Ana Luiza B. Martins *et al.* **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribui es para um debate**. CEDI, 1990.p.8.

A consolidação do sistema capitalista, as modificações dos modos de produção transformaram a sociedade brasileira em uma sociedade sedenta por energia. Para manter os níveis de produção e o desenvolvimento econômico, a exploração sistemática de rios se faz necessária, para alimentar o modelo de desenvolvimento adotado na década de 1950. Seria a manutenção desse modelo uma opção sustentável?

Segundo Sevá, quando um projeto de construção de uma hidrelétrica está em fase de implementação, o momento para se pensar em alternativas junto as comunidades afetadas já não encontra mais espaço para debate. Esta fase significa que uma decisão já foi tomada. O peso dessa decisão estreita as opções, “as forças sociais e econômicas empurram uma grande maioria para o prejuízo e separam uma minoria que lucra, nas mesmas circunstâncias, por conta do mesmo empreendimento.”<sup>12</sup> A grande maioria afetada busca minimizar suas perdas, compensar os estragos, evitar ficar no prejuízo. Para quem lucra com o empreendimento, a adesão ao projeto é fundamental se preparar e antecipar possíveis formas de lucrar.

Outra reflexão que se apresenta, é sobre a cisão que o discurso desenvolvimentista camufla. Há uma distinção existente entre aqueles que são usuários do produto final e aqueles que não o são. Afinal ainda existem regiões que não estão ligadas ao sistema energético. Para os consumidores, a questão se desdobra, a energia é utilizada como meio de reprodução social ou como forma de investimento? São demandas e interesses distintos que pautam a construção destas obras<sup>13</sup>.

Todavia, há uma outra parcela da população que é atingida pela construção destes empreendimentos, os expropriados, aqueles que perderam seus modos de existir. Essa parcela da população possui pouca opção, a alternativa mais frequente é de se transformar em mão de obra assalariada, Sevá aponta:

[...] todos os expropriados, aqueles que não têm seus títulos devidamente legalizados, os que vivem dos rio e das barrancas (pescadores, oleiros, garimpeiros, barqueiros) e que perderão seus “pontos” e as condições materiais de seu trabalho; e mais todos os que são desenraizados, transplantados geograficamente e culturalmente, expropriados de um saber

---

12 SEVÁ FILHO. *Op. Cit.*, p.14.

13 *Id.*

e de uma sintonia com o meio físico, com sua vizinhança, coisas "abstratas", mas de grande valor, e que jamais serão reconstituídas, nem podem ser medidas pela moeda, pelo dinheiro.<sup>14</sup>

Concluí o autor que nas construções de hidrelétricas "os riscos das operações de extração e de transformação são interiorizados, consumindo-se aqui uma parte crescente da energia, que vai escasseando ou encarecendo nos países mais ricos".<sup>15</sup> Desta forma fica evidente para aqueles que não lucram com a energia elétrica, a expansão do setor energético para suprir o desenvolvimento econômico não está no melhor de seu interesse.

Com as comportas sendo fechadas e o "lago" subindo uma longa era de reordenação se inicia, com as populações humanas manejadas por "novos" poderosos, vindos de fora para trazer o "progresso" – o reinado da grande empresa, das siglas e placas incompreensíveis e dos arames e muros bastante compreensíveis.

Uma transformação físico-territorial que raramente as próprias forças geofísicas poderiam provocar – destruições rápidas, apodrecimentos e infiltrações se combinando com lentos processos cumulativos, a acidez da água, o entupimento do novo "lago", a disseminação de doenças.<sup>16</sup>

A política na construção destes objetos técnicos, teve como premissa uma relação de custo-benefício que o geólogo João Jerônimo Monticeli discute na mesma publicação. Esta relação privilegia o menor custo econômico com o máximo de benefício, ou seja, a maior produção possível de energia elétrica sem contabilizar impactos sociais e ecológicos no preço final do empreendimento<sup>17</sup>. Se por um lado, há pouca abertura para a população local participar na elaboração dos projetos. Aqueles que lucram com produção de energia, que constroem as grandes barragens, adquirem licitação do governo, empurram projetos faraônicos que beneficiem o próprio bolso. Ao utilizarem de suas influências políticas, constroem propostas com o intento de convencer a sociedade de que aquela é a única alternativa.<sup>18</sup>

---

14 SEVÁ FILHO. *Op. Cit.*, p.15.

15 *Ibid.*, p.17.

16 *Ibid.*, p.18.

17 MONTICELI, João Jerônimo. Usinas Hidrelétricas: impactos sociais e ambientais e a elaboração de projetos. IN: COSTA, Ana Luiza B. Martins *et al.* **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate.** CEDI, 1990.

18 *Id.*

A ética é um importante componente a ser considerado na construção de grandes empreendimentos que alteram características físicas do espaço. Compreender como as hidrelétricas foram adotadas como política pública, é um importante passo para compreender as atuais tensões territoriais de povos indígenas, ribeirinhos, pequenos povoados frente aos projetos de infraestrutura. São nestes primeiros empreendimentos que podemos vislumbrar as possíveis consequências do modelo adotado.

## 2.2. DESENVOLVIMENTO DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

Para se pensar no desenvolvimento do setor elétrico no país é preciso antes compreender o que entendemos por desenvolvimento, para tanto referenciamos o primeiro capítulo da tese, **Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento**, de Ivone Teresinha Carletto de Lima<sup>19</sup>. Tomamos para este trabalho a definição proposta pela autora, de que o desenvolvimento é um fenômeno histórico de longa duração decorrente de uma economia capitalista, e que provoca intensas transformações estruturais sendo este um ponto característico do fenômeno<sup>20</sup>. Esta característica pontuada como essencial pode ser exemplificada ao comparar o que significa desenvolvimento econômico em detrimento ao crescimento econômico, pois são fenômenos distintos. O desenvolvimento econômico gera profundas transformações, não somente nas estruturas econômicas do país mas nas estruturas políticas, sociais e culturais, ou seja, mudanças qualitativas. Enquanto o crescimento econômico não altera as estruturas vigentes, constituindo-se portanto de uma transformação do tipo quantitativa. Portanto o desenvolvimento é um fenômeno que ocorre em múltiplas esferas sociais, pois as transformações nas diversas estruturas são interdependentes, alterando de forma contínua e drástica o cotidiano dos indivíduos que compõe essa sociedade. Esta transformação do cotidiano da população culminaria em uma melhora do padrão de vida. Este pensamento pressupõe que o sistema capitalista é superior às alternativas, como os modos de vida tradicionais. Neste sentido, o modo de vida ocidental têm como paradigma a modernidade. Portanto há algumas condições para que ocorra o

---

19 LIMA, Ivone Teresinha Carletto. **Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

20 *Ibid.*, p.41.

desenvolvimento, a principal é que o sistema capitalista seja o sistema vigente desta sociedade, exigindo que a sociedade e natureza se transformem em uma máquina organizada.

Podemos tomar para exemplo o excerto proposto por Donald Worster em “Hoover Dam: a study in domination”<sup>21</sup>, em que investiga os significados existentes na construção da Hidrelétrica Hoover nos Estados Unidos na década de 1930. Neste ensaio o autor propõe algumas questões, entre elas, sobre qual seria a impressão de um sujeito comum ao se deparar com um objeto da engenharia que busca controlar a natureza, seria uma maravilha do mundo moderno? Sucesso da modernidade? Ou uma preocupação, considerando a precariedade com que os homens dominam a natureza? Para este autor a construção de hidrelétricas é parte da expressão de uma “era”, símbolo da tecnologia do século XX e da conquista da natureza – alteram paisagens, represam o leito de rios que há milhares de anos moldam o espaço geográfico, cria-se grandes lagos artificiais, obras que alteram para além do espaço as configurações sociais e econômicas das regiões onde são construídas.

**FIGURA 3** – Vista Geral da Tubulação (1948).



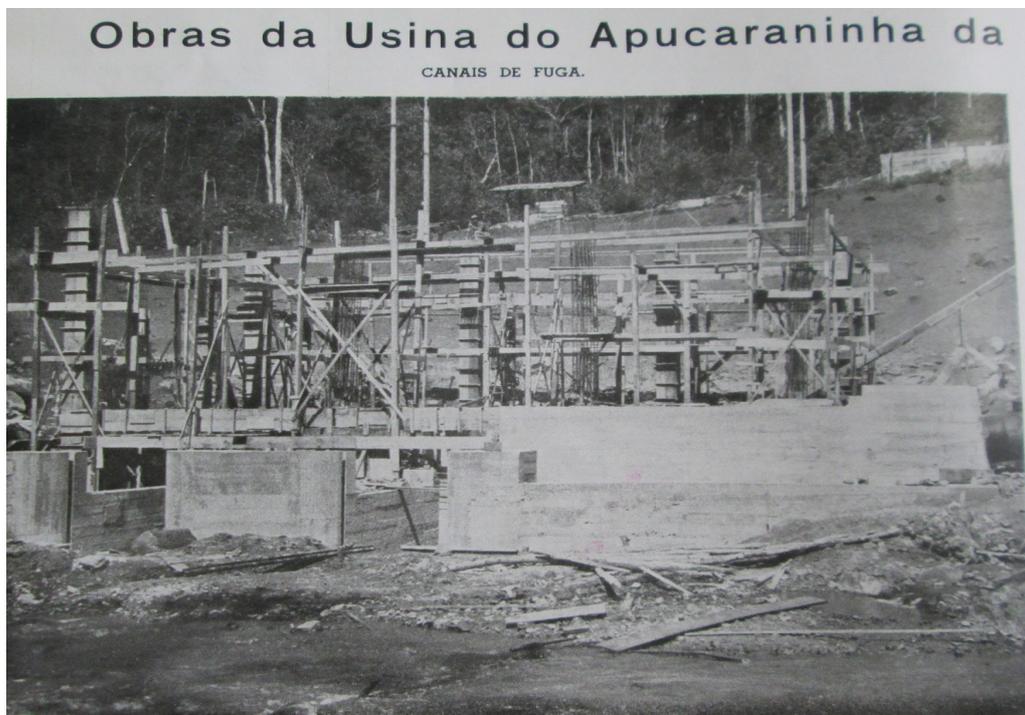
Fonte: OBRAS da Usina do Apucarantina da Empresa Elétrica de Londrina. **A Pioneira**, Londrina, set. - dez. 1948. Sala Londrina, Biblioteca Pública de Londrina.

21 WORSTER. *Op. Cit.*

Como pode-se observar, as imagens publicadas na revista *A Pioneira*, priorizam demonstrar aspectos técnicos, como as bases estruturais em construção, as alterações e intervenções sobre o espaço contrapondo a construção em relação a mata. Não se apresentam nas imagens conflitos ou tensões, e há um silenciamento dos trabalhadores médios. A história oficial destes empreendimentos, tal como aponta Worster, está associada a uma perspectiva reconfortante e segura, na qual a natureza está sob controle humano e que dela obtemos benesses. Riqueza emana do rio aprisionado que paga por ter sido aprisionado por alguns homens competentes. Assim a natureza não é mais uma ameaça aos homens e de seu controle emana poder.

A natureza supostamente deve estar sob nosso firme controle, trabalhando duro para nos tornar todos ricos; E podemos ir embora confiante de que as pessoas responsáveis estão no comando, e com a certeza de que a natureza não é mais uma ameaça para o nosso bem-estar e que somos os senhores da vida.<sup>22</sup>

**FIGURA 4** – Canais de Fuga (1948).



Fonte: OBRAS da Usina do Apucarantina da Empresa Elétrica de Londrina. *A Pioneira*, Londrina, set. - dez. 1948. Sala Londrina, Biblioteca Pública de Londrina.

22 "Nature is supposed to be under our firm control, working hard to make us all rich; and we can go away confident that responsible people are in charge, assured that nature is no longer a threat to our welfare and that we are the very lords of life." (TRADUÇÃO LIVRE) WORSTER. *Op. Cit.*, p. 62.

Esta postura é acrítica, serena, confiante de que a sociedade desenvolve em direção da modernidade. Worster busca em leituras de Henry Adams, uma perspectiva alternativa. Adams, segundo o autor, era um cético do desenvolvimento moderno do início do século XX, que observava nas turbinas elétricas expostas na grande Exposição de Paris de 1900, a representação da modernidade. Esta tecnologia era uma nova energia sendo introduzida na vida dos homens. Distinta das demais, por ser infinda, não havia limites para sua produção, segundo Worster, para Adams a energia elétrica acabaria por moldar o mundo a sua imagem. O poder cultural desta tecnologia que emergiu, tal qual um símbolo religioso, representou “um novo rei da racionalidade, que não lidava com valores e fins finais como as velhas religiões tinham, mas era focado nos meios, na eficácia instrumental”.<sup>23</sup> Esse modo de viver não tinha propósito ou direção, seu foco era no acúmulo de lucro, poder e conforto. A instrumentalização do rio é um empreendimento de grande porte que exige uma estrutura burocratizada que alia capital e poder, para que possa se concretizar em uma máquina eficiente.

O invento da eletricidade foi um grande avanço, em especial por suas características, de flexibilidade de usos e seu fácil transporte.<sup>24</sup> Apesar de sua descoberta no início do século XIX, sua instrumentalização dependeu do domínio e avanços técnico-científicos, e da difusão destes conhecimentos que só ocorreu no final do século XIX, com os usos nas indústrias e serviços – meios de comunicação, metalurgia, indústria química leve e iluminação. A difusão da iluminação abre espaço para que surgisse uma indústria elétrica voltada para atender esta demanda. No caso do Brasil a iluminação têm destaque essencial para a difusão da energia elétrica, pois os primórdios do setor energético atende essencialmente as demandas públicas e a modernização dos serviços urbanos, geralmente financiado com capital privado e estrangeiro.<sup>25</sup>

---

23 “a new king of rationality, one that did not deal with ultimates values and ends as the old religions had, but was focused insted on means, on instrumental effectiveness” (TRADUÇÃO LIVRE) WORSTER. *Op. Cit.*, p. 66.

24 LIMA. *Op. Cit.*, p.49.

25 SILVA, Edson Armando. **Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa.** Curitiba: UFPR, 1993. Dissertação de mestrado.

Na década de 1950, tal como aponta Ivone Lima, a ideia de desenvolvimento torna-se uma preocupação central e constante nas políticas da América Latina. Esta concepção ganhou tamanha proporção que obteve a condição de estatuto científico e abriu espaço para a construção de fórmulas com o objetivo de incentivar e promover o desenvolvimento econômico<sup>26</sup>. Estes modelos propostos influenciaram as políticas governamentais de tal forma que se transformaram em ideologia. Em prol do desenvolvimento de uma economia industrializada esse ideário, no Brasil, está presente desde a década de 1930, expressando um anseio de transmutar seu *status quo* de uma economia agroexportadora para uma economia industrializada. Devemos ter em mente que o desenvolvimento não significa uma evolução, mas uma transformação das estruturas sociais, que acaba por pautar uma premissa, um ideário que guiou políticas governamentais e ações concretas para se atingir tal objetivo. Ao contrário do processo latino-americano, nos países desenvolvidos, o processo de industrialização ocorreu simultaneamente com o desenvolvimento técnico e científico do uso e domínio, não apenas, mas essencialmente de novas fontes de energia. Este processo alterou profundamente as estruturas sociais, com a formação de uma sociedade urbana, caracterizada pela concentração populacional, de produção, capitais e política<sup>27</sup>. Contudo não foram apenas os aspectos concretos que alteram, mas o próprio imaginário, hábitos e cotidiano destas populações.

Foi esta reorientação da economia brasileira pautada no ideário de desenvolvimento fomentou o processo de industrialização nacional, este por sua vez, dependia de investimentos na expansão da produção energética. A política de desenvolvimento do setor energético, foi uma estratégia central para incentivar o processo de industrialização moderno e por consequência o desenvolvimento econômicos do país. Devemos ter em mente que na sociedade contemporânea a energia é um aspecto fundamental, pois energia é poder.

O setor elétrico é parte da expansão urbana e concentração populacional, espaço ideal para o desenvolvimento industrial. Desde o decreto do Código de Águas de 1934<sup>28</sup>, os investimentos tornaram-se maciços na área, pois o

---

26 LIMA. *Op. Cit.*, p.43.

27 *Ibid.*, p.44.

28 BRASIL. Decreto Nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Código de Águas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122->

“ideal de desenvolvimento nacional está baseado na expansão industrial”<sup>29</sup> e a energia necessária para manter em movimento as engrenagens econômicas está na apropriação do natural, dos rios e seu potencial energético como ferramenta de trabalho.

Por conta das características hídricas e geográficas do país, com seus inúmeros rios e saltos, o uso de barragens para a produção de energia elétrica aparece com uma resposta lógica, prestando ao setor uma posição de privilégio no ideário desenvolvimentista. No início do século XX, a energia elétrica “se insere como mais um produto no âmbito das relações entre povos industrializados e países de economia primária exportadora”,<sup>30</sup> a princípio o uso era voltado para iluminação pública, como já citado; era em si um símbolo da sociedade moderna e de seus confortos, “logo assume uma função na reprodução do capital, na medida em que permite maior divisão entre os ramos industriais”.<sup>31</sup>

Edson Silva aponta que há quatro fases da implantação do serviço de energia elétrica no Brasil, nos concentraremos nas três primeiras fases desse processo. A primeira fase é caracterizada pelo seu localismo, eram sistemas implementados por concessionárias privadas que realizavam contratos diretamente com os municípios e atendiam apenas aquela região. A princípio a energia elétrica era produzida por meio de usinas térmicas, contudo estas não eram capazes de suprir a expansão da demanda sendo implementadas as primeiras hidrelétricas.

Ivone Lima aponta uma proposição semelhante e demonstra que a energia elétrica torna-se um fator central para o processo de desenvolvimento no país, entretanto sua implementação é lenta e gradual. O setor tinha um caráter descentralizador, afinal a única regulamentação relacionada ao aproveitamento das riquezas do solo era de que estes bens naturais pertenciam aos proprietários de terras, amparados pela Constituição de 1891<sup>32</sup>. Assim os grandes detentores destes recursos eram os municípios e estados com suas terras devolutas. O *boom* cafeeiro

---

publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04/01/2017.

29 OLIVEIRA, D. A. de. **A construção da Barragem Capivara e as transformações socioambientais na região do Baixo Tibagi**: dec. de 1970-1980. Londrina: UEL, 2012. Trabalho de conclusão de curso. p.12.

30 SILVA. *Op. Cit.*, p.2.

31 *Id.*

32 LIMA. *Op. Cit.*, p.46.

proporcionou o crescimento econômico em seu auge, potencializando o aumento e a instrumentalização do uso de energia elétrica, exigindo um modesto desenvolvimento do setor. Todavia este desenvolvimento estava restrito aos interesses do setor agroexportador, portanto era uma modernização limitada aos interesses dessas elites econômicas e políticas. Os interesses do setor e a concorrência da indústria externa solapou o desenvolvimento industrial nacional, ao não priorizar o desenvolvimento do setor energético. A indústria sofreu com o déficit de energia, como afirma Lima, ao citar Caio Prado Júnior, o excedente de energia é a condição básica para a industrialização moderna.

Desta forma, sem um real interesse em proporcionar um excedente energético para a incipiente industrialização brasileira, a produção de energia elétrica ocorre em função principalmente da expansão do setor público. “Era um setor moderno, dinâmico, de interesse da municipalidade, sendo este o poder concedente e constituía-se especialmente de iluminação e tração”<sup>33</sup>

O setor energético via-se organizado pelos poderes municipais, por meio de colaboração com investimentos privados ou próprios. A produção de energia realizou-se por meio de pequenas usinas hidrelétricas ou centrais térmicas, com a finalidade de prestar serviços ao município. Através da abertura econômica a investimentos estrangeiros, em uma política imperialista, novos problemas surgem. Sem intervenção do estado, as cidades detentoras de locais propícios ao aproveitamento hídrico são deixadas à sorte para negociar as concessões diretamente com empresas estrangeiras<sup>34</sup>. O que resultou em monopólios de regiões estratégicas como Rio de Janeiro e São Paulo, acordos abusivos de concessão e reajuste de tarifas que as beneficiaram. Apesar de na década de 1920 ocorrer um processo de fusão das pequenas empresas nacionais, a concentração de produção estava nas mãos de apenas uma empresa estrangeira, a *Light*, que detinha os principais grandes empreendimentos do setor, sendo, neste período, a maior produtora de energia elétrica do país.

Segundo Lima, com a Primeira Guerra Mundial aumentaram as restrições sobre o carvão, sua importação havia se tornado uma dificuldade, a demanda elevou os preços, transformando a produção de energia por meio de

---

33 LIMA. *Op. Cit.*, p.47.

34 *Id.*

hidrelétricas uma opção viável de atividade econômica, em um país com abundância de rios. Se os primeiros projetos para aproveitamento hídrico ocorreram a partir do terceiro quartel do século XIX no Brasil, é somente na década de 1930, que o estado assume a responsabilidade de tutelar a expansão da produção de energia. Devido a quebra da bolsa em 1929, os investimentos externos diminuíram drasticamente levando a uma crise na produção de energia. Gerando uma queda na manufatura da incipiente produção industrial. Por outro lado, temos a política getulista que assume a responsabilidade de salvaguardar a economia, defender e difundir o ideal de progresso para a nação. O período pode ser descrito como uma reorientação econômica e financeira dirigida por um estado forte e interventor, que forneceria a infraestrutura para a industrialização.<sup>35</sup> Proporcionando a indústria proteção tarifária, em um empenho em promover uma política de substituição de importações, ao estabelecer uma indústria de base e a proteção da produção e mercado interno. Houve uma tentativa de nacionalização progressiva de determinados setores chaves, como o setor energético, contudo esbarraria na inexistência de uma empresa nacional que poderia dar continuidade aos empreendimentos estrangeiros e a seus serviços prestados.<sup>36</sup> Esse discurso, que se até esse momento era uma política governamental, a partir de 1937 é apropriado. “A elite industrial passou a ter seu discurso, apropriado do pensamento político autoritário do momento, reproduzindo-o para teorizar a modernização econômica que desejavam”.<sup>37</sup>

Para Ivone Lima este foi um primeiro passo da política desenvolvimentista, que Edson descreveu como a segunda etapa do processo de implementação do setor energético no país. Uma fase de tendência à centralização em que as decisões do setor elétrico são tomadas a nível federal, possuindo um tom intervencionista, tendo como marco a promulgação do Código de Águas de 1934. O código tinha entre seus objetivos fiscalizar e regulamentar o setor, incentivar o desenvolvimento e a produção de energia elétrica, e também desapropriar áreas potenciais de interesse público para sua utilização em regime de concessão. Entretanto houve problemas na implementação desta política, devido às dificuldades

---

35 LIMA. *Op. Cit.*, p.54.

36 *Ibid.* p.50.

37 *Ibid.* p.52.

que a Segunda Guerra Mundial impôs sobre a importação de tecnologia e investimentos.

A influência do projeto desenvolvimentista atinge seu ápice na década de 1950, momento em que se torna central o desenvolvimento industrial para o projeto proposto de um novo Brasil. Período que caracteriza a terceira fase do desenvolvimento do setor energético, segundo Silva. O estado proporcionou um plano de ação com a finalidade de ofertar a estrutura necessária para o desenvolvimento da indústria. Sendo uma das etapas fundamentais, a exploração dos recursos hídricos voltados a produção de energia elétrica. “A eletricidade foi uma das necessidades primordiais para se prover o desenvolvimento, e, por isso, passou a ser um fator imprescindível para o progresso”<sup>38</sup> Momento em que os projetos hídricos começam a tomar corpo – os primeiros estudos para a construção de Itaipu ocorrem neste período – contudo o Estado se afasta da proposta centralizadora e intervencionista, mantendo sob observações apenas áreas estratégicas. O que se propunha para esse momento é um modelo liberal, em que o próprio mercado regularia a economia. Os investimentos tiveram como enfoque a produção, relegando a distribuição para o setor privado.

Esta proposta foi influenciada pelo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que buscou adequar a ideia de desenvolvimento e modernização com a realidade econômica sul-americana, por meio do planejamento e industrialização. “Promoveu a crítica ao modelo agrário-exportador; censurou a igualdade comparativa nas relações de troca; incentivou a economia de subsistência; e colocou-se contra a concentração de renda”.<sup>39</sup> Objetivo era a superação do subdesenvolvimento, e foi através dos cepalinos que o desenvolvimentismo atingiu um caráter científico, por seu inovador sistema de análise das transformações econômicas. “[...] Formulações, constatações e projeções [...] passaram a influenciar ideologicamente nas relações do período e na programação governamental”<sup>40</sup> Estes forneceram as bases teóricas, para uma ideologia já presente. “São teorias que desencadearam a ideia de um Brasil forte, um Brasil capaz, uma pátria com imenso território, repleto de recursos naturais que

---

38 LIMA. *Op. Cit.*, p.53.

39 *Ibid.* p.55.

40 *Ibid.* p.56.

deveriam ser revertidos em prol do desenvolvimento”.<sup>41</sup> Ao buscar romper com o passado colonial e voltar-se para o mercado interno, a proposta esbarra em uma condição, o consumo não havia se desenvolvido, a grande massa da população, apesar das transformações sociais, não havia atingido uma melhora de sua condição social e portanto não havia um volume de consumo adequado para acompanhar a expansão industrial.

A ideologia, nacional desenvolvimento, deu ênfase na industrialização ao buscar aliar o Estado, indústria nacional e o capital externo, como fórmula da política econômica. Foi uma fase decisiva da industrialização, contudo a produção de energia elétrica foi identificada como um ponto de estrangulamento, assim como as vias de transporte.

Percebe-se que o discurso da modernização e do desenvolvimento foi difundido até tomar conta da consciência e inconsciência das pessoas, como se fosse mágica. É a magia do sonho, a expectativa de melhores condições de vida, de que esse progresso atingisse a vida de cada brasileiro.<sup>42</sup>

Esse maravilhamento pelo processo de modernização do Brasil inculcado na população foi fundamental, durante o governo de Juscelino Kubitschek isso fica evidente com a construção de Brasília e seu *slogan* “50 anos em 5”, eram emblemas desse processo.

O Plano de Metas de Juscelino, que tinha como lema '50 anos em 5', objetivava implantar no Brasil os setores industriais mais avançados, como a indústria elétrica pesada, a química pesada, a nova indústria farmacêutica, a de máquinas e equipamentos mais sofisticados, a automobilística, a indústria naval, ou levar adiante indústrias estratégicas, como a do aço, a do petróleo e a da energia elétrica.<sup>43</sup>

Até a década de 1960 essa proposta esgotou seu potencial, e apesar de se apresentar como um modelo capaz de juntar os interesses das diversas classes sociais, o plano acabou por atender as reivindicações de apenas uma pequena parcela da população. A economia entrou em declínio, assim como a inflação cresceu, contudo o entusiasmo por uma sociedade moderna perduraria até

---

41 LIMA. *Op. Cit.*, p.56

42 *Ibid.* p.62.

43 MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. e SCHWARCZ, L. M. **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.4. p. 590.

a década de 1980. As reivindicações de setores populares por reforma de base pressionavam o governo, a ascensão de João Goulart sem apoio, gerou uma grave crise política que culminaria com o Golpe de 1964.

Com o regime militar observamos não uma mudança de estratégia, mas uma continuação do projeto desenvolvimentista com ênfase nos megaprojetos, como a construção da Hidrelétrica de Itaipu. O ideário continua presente e é reforçado, apesar da desilusão que inicia na década de 1980.

O imaginário nacional durante a constituição da cidade de Londrina em seu aspecto modernizador e desenvolvimentista, entre as décadas de 1940 à 1950, é o cenário em que a Usina Hidrelétrica de Apucarantina é construída. Observamos que o ideal do desenvolvimentismo é perpetuado ao longo do século XX, sendo utilizado como justificativa para a implementação e execução de projetos voltados a expansão da produção de energia elétrica, oriunda de aproveitamentos hídricos.

### 2.3. MODERNIZAÇÃO UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Londrina é por excelência uma cidade moderna, seja por sua origem mítica de cidade colonizada por ingleses ou por sua transformação em um polo regional de grande importância para as redes produtivas. Voltada para a indústria agrária e atuação como fornecedora de serviços, seu crescimento demográfico foi exponencial entre as décadas 1940 e 1950. Este contingente populacional foi atraído pela perspectiva do “*el dorado paranaense*” e a possibilidade de riqueza. É neste período que a cidade assume sua forma moderna, em seu cerne podemos vislumbrar o ideário desenvolvimentista. Neste subcapítulo buscamos explorar os tipos de transformações estruturais que foram desencadeadas pelas políticas de desenvolvimento que ocorreram na sociedade brasileira e na organização destas novas cidades que surgiram no interior do país.

João Cardoso de Mello e Fernando Novaes, procuraram estabelecer o tipo de sociedade que emerge desse constante processo de transformação das estruturas sociais promovidas pelo desenvolvimento. Para os autores as transformações possibilitaram importantes transformações estruturais, como o fenômeno da urbanização, crescimento demográfico e os movimentos migratórios. O aumento do contingente populacional e o processo de urbanização, fenômenos que ocorreram em ritmo acelerado, em âmbito nacional. A população total brasileira

entre 1940 a 1980 praticamente triplica, enquanto população urbana cresce sete vezes.<sup>44</sup> A taxa de crescimento populacional urbana chega a ser superior à taxa de crescimento populacional total. Por outra perspectiva a população rural tem uma taxa negativa constante ao longo destas décadas. O Brasil moderno forjado é marcado por uma série de mudanças sociais. Descrito por Novais e Cardoso como uma “sociedade em movimento”, este período assiste a consolidação da economia capitalista, implementação de novas redes de transporte e infraestrutura, expansão da população urbana acarretando crescimento desenfreado das grandes e médias cidades, modernização do campo e fortes movimentos de migração.

O deslocamento permanente da fronteira agrícola, tornou-se possível, pois o Estado, em sua política desenvolvimentista, expandiu a malha de estradas de rodagem. Criou, dessa forma, alguma infraestrutura econômica e social (eletricidade, polícia e justiça, escolas, postos de saúde, etc.) nas cidades que foram nascendo ou revivendo na 'Marcha para o interior do Brasil'.<sup>45</sup> Devemos ter em mente que a fundação de Londrina ocorre em um momento anterior a este fenômeno, por meio de políticas de colonização de terras no interior do estado, fomentadas por empresas estrangeiras. Mas é através dessa “Marcha”, que se iniciou no Norte do Paraná, na qual a cidade de Londrina têm um salto qualitativo de sua infraestrutura.

Em uma política explícita de redistribuição da população rural, a expansão das fronteiras agrícolas teve como objetivo amenizar o fluxo migratório em direção às grandes cidades. Contudo, não foram apenas os desalojados de suas terras, pela modernização da agricultura, que foram em direção às novas fronteiras agrícolas, mas também os grandes proprietários e grileiros. Para os autores Mello e Novais, é importante entender a estrutura social do campo na década de 1950, em que o grande proprietário, possui o monopólio sobre a terra. Com uma produção voltada para o mercado, há pouco espaço para a grande maioria da população, segundo os autores, oitenta cinco por cento da população rural é composta por “posseiros, pequenos proprietários, parceiros, assalariados temporários ou permanentes, extremamente pobres ou miseráveis.”<sup>46</sup>

---

44 SANTOS, Milton. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **Geosul. Florianópolis**, SC. Brasil, V. 3, N.5, 1988.

45 MELLO; NOVAIS. *Op. Cit.*, p. 581.

46 *Ibid.* p. 574.

A dura vida do campo, a falta de terras para abrigar e alimentar essas famílias, que viviam e trabalhavam sob a terra, qualquer desequilíbrio: seja ele uma seca, o esgotamento da terra ou uma briga com o patrão, era capaz de arruinar o modo de vida de subsistência. A alternativa era buscar por novas terras nas fronteiras agrícolas, ou ir em direção a cidade mais próxima em busca de emprego, causando a aglomeração de pessoas nas grandes e médias cidades.

As cidades são atrativas com seus bens de consumo, médicos, rede de água e esgoto, eletricidade, escolas, diferentes formas de alimentação. A população rural descobre a cidade por meio de relatos de uma vida melhor. Sendo assim levados às cidades pelas novas estradas que ligavam o campo com as regiões de industrialização acelerada e urbanização rápida.

São os novos padrões de produção e consumo que foram incorporados pela sociedade brasileira, à moda dos países desenvolvidos ou de Primeiro Mundo, “a consciência social, que identifica progresso a estilos de vida, oculta os pressupostos econômicos, sociais e morais em que se assentam no mundo desenvolvido”<sup>47</sup>. Afinal como indica Mello e Novaes, a principal ferramenta de transmissão de valores modernos e utilitaristas foi a imitação de padrões de consumo e estilo de vida daqueles considerados desenvolvidos<sup>48</sup>. O consumo de novos produtos, até então não disponíveis, é uma das grandes atrações da modernização;

Dispúnhamos, também, de todas as maravilhas eletrodomésticas: o ferro elétrico, que substituiu o ferro a carvão; o fogão a gás de botijão, que veio tomar o lugar do fogão elétrico, na casa dos ricos, ou do fogão a carvão, do fogão a lenha, do fogareiro e da espiriteira, na dos remediados ou pobres: em cima dos fogões, estavam, agora as panelas – inclusive a de pressão – ou frigideiras de alumínio e não de barro ou de ferro; o chuveiro elétrico; o liquidificador e a batedeira de bolo; a geladeira; o secador de cabelos; a máquina de barbear, concorrendo com a gilete; o aspirador de pó, substituindo as vassouras e o espanador; a enceradeira, no lugar do escovão [...].<sup>49</sup>

A incorporação destes novos padrões de consumo, o crescimento e adensamento populacional criou demanda para o setor energético. Vale ressaltar

---

47 MELLO; NOVAIS. *Op. Cit.*, p. 605.

48 *Ibid.* p. 604.

49 *Ibid.* pp. 563-564.

que a Usina Hidrelétrica de Apucarantina teve como objetivo sanar a insuficiência do abastecimento de energia elétrica em Londrina.

FIGURA 5 – Será anexado (1949)

# PARANÁ-NORTE

ANO XV      LONDRINA, 13 de Janeiro de 1949      Numero 922

## SERÁ ANEXADO

### o excedente de energia elétrica da Usina de Emergência de Apucarana à zona em que é concessionária a Empresa Elétrica de Londrina S/A - Reunião no Salão Nobre da Prefeitura - Radiograma ao Governo do Estado e ao Presidente do C. N. A. E. E.

Em reunião levada a efeito no dia 8 do corrente, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Londrina, em que tomaram parte pessoas de alta projeção no cenário administrativo da região, ficou deliberado que o excedente de energia elétrica da Usina de Emergência de Apucarana seja aproveitado pela Empresa Elétrica de Londrina, de cuja reunião foi passado, pelos presentes, ao sr. Moisés Lupion, governador do Estado, e ao sr. Presidente do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, o seguinte radiograma:

“Exmo. Sr.  
Moisés Lupion  
DD. Governador do Estado  
Palacio S. Francisco  
Curitiba — PR

Os abaixo assinados têm a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. que em reunião realizada sábado vg dia 8 deste vg das 12 às 14 horas vg cujos trabalhos decorreram em ambiente de cordialidade e máximo espirito de cooperação vg ficou estabelecido um “modus vivendi” provisório relativo ao fornecimento do excedente de energia elétrica por parte da Usina de Emergência de Apucarana aos municípios pertencentes à zona de concessão da Empresa Elétrica de Londrina vg a qual vg no momento não está em condições de poder suprir as necessidades dos mesmos pt

Esse acôrdo provisório perdurará até a inauguração da Usina Apucarantina vg que está sendo construída pela empresa acima referida pt

Ao ensejo reafirmamos a V. Excia. os protestos de nossa máxima estima e grande consideração pt

Respeitosas saudações

Dr. Luiz Orlando, Diretor Departamento Estadual de Aguas e Energia Elétrica; Dr. Lidoino Bergamini, Engenheiro do mesmo Departamento; Dr. Nelson Godoi Pereira, Inspetor da Empresa Elétrica de Londrina; Dr. Mauricio Soares Botelho, Gerente da Empresa; Carlos Massareto, Prefeito de Apucarana; Julio Junqueira, Prefeito de Arapongas; Adalberto Junqueira Silva, Prefeito de Rolândia; Jacdio Correia, Prefeito de Cambé; Hugo Cabral, Pre-

**Srs. CRIADORES:**

A Vacina Cristal Violeta «HERTAPE» é garantida por três “tests” de segurança:

- Perfeita ESTERILIDADE
- Absoluta INOCUIDADE
- Máxima EFICIÊNCIA

Não se esqueça: — Onde há HERTAPE não há Peste Suinal

Depositário no Sul do País:  
**Enio Baptista Rosas**  
Rua 15 de Novembro, 439 — Sala 8 — Fone: 7 1 1 — PONTA GROSSA — Paraná

Depositário para o Norte do Paraná:  
**José Baptista Guimarães**  
Av. Paraná, 614 — Fone: 468 — LONDRINA — Far. N.S. Lourdes

Exija a legitima vacina Cristal-Violeta HERTAPE diretamente dos seus distribuidores:

EM ROLÂNDIA	— Farmacia São Geraldo
EM ARAPONGAS	— Farmacias da Ordem e Popular
EM APUCARANA	— Farmacia Santa Izabel e Casa Rosa
EM MARIALVA	— Farmacia da Saúde
EM MARINGÁ	— Farmacia Lopes
EM TAMARANA	— Enes Barbosa.
FAXINAL	— Elizeu Ceciliano.

Distribuição de Folhinhas Esso de 1949

Fonte: Paraná Norte. Londrina, 13 jan. 1949. Hemeroteca Digital.

Destacamos a notícia veiculada no periódico **Paraná-Norte** em janeiro de 1949, que descreve o decoro na reunião realizada na prefeitura da cidade, “em que tomaram parte pessoas de alta projeção no cenário administrativo da região”<sup>50</sup> em que é deliberado a necessidade do aproveitamento do excedente de energia da Usina de Emergência de Apucarana seja aproveitado pela Empresa Elétrica de Londrina. Redigiram um telegrama para o governador do Estado Moisés Lupion e o Presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, informando que a empresa concessionária da região, neste período, não era capaz de suprir a demanda de energia elétrica da região até que fossem concluídas as obras da Usina Hidrelétrica de Apucarantina. A veiculação desta notícia e o destaque para os importantes representantes deliberando sobre a ação, denota a urgência para sanar o problema da capacidade de produção energética. Demonstra também que a solução para a falta de energia estava concentrada nas mãos de líderes proeminentes da região, figuras de poder. Havia necessidade de apresentá-los como responsáveis por providenciar uma solução alternativa.

Neste mundo selvagem da livre concorrência entre homens, o capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais e a busca por oportunidades movimentam grandes contingentes populacionais no país. Assim podemos inferir que a implementação plena do capitalismo molda a redistribuição do espaço geográfico, termo utilizado por Milton Santos para definir o conjunto natureza e sociedade, o qual entende por “um conjunto indissociável, solitário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”.<sup>51</sup> O intenso movimento migratório ocorre, segundo Santos, Mello e Novaes, devido a modernização da agricultura. O trabalho de Santos, como o trabalho de Rosana Baeninger<sup>52</sup> – que tem como tema a distribuição populacional – corroboram ao apontar que os anos entre 1960 a 1970 são decisivos a aceleração do processo de urbanização, pois é o momento em que as alterações na forma de produção agrícola

---

50 SERÁ Anexado. **Paraná Norte**. Londrina, 13 jan. 1949. Capa. Hemeroteca Digital. Disponível em : < [http://memoria.bn.br/pdf/830240/per830240\\_1949\\_00922.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/830240/per830240_1949_00922.pdf)>. Acesso em: 10/11/2016.

51 SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002. p.63.

52 BAENINGER, Rosana. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XXI**.

atingem a população rural. O processo de esvaziamento do campo e o movimento em direção as cidades nesse período atinge seu ápice.

Para Baeninger, o processo de urbanização e redistribuição demográfica, a partir da década de 1940, esteve condicionado ao crescimento acelerado e progressivo das cidades, acompanhado de uma explosão da população urbana<sup>53</sup>. A incipiente economia industrial dos anos 1930 transmuda nas próximas décadas com a instalação “de setores tecnologicamente mais avançados que exigiam investimentos de grande porte”<sup>54</sup>, por suas exigências criam novos padrões de urbanização, que leva em conta a integração, intercâmbio entre regiões e o desenvolvimento do mercado nacional.

A década de 1950 é reconhecida como um período de explosão demográfica, resultado provável das medidas modernizantes. Como as crescentes medidas sanitárias; o combate à doenças, cuidados sanitários, disseminação de medicamentos, influem nas altas taxas de natalidade. Paralelamente, o consumo aumenta, com o desenvolvimento do transporte e das comunicações, culminando na consequente integração do território. “O consumo é magnificado com essa possibilidade de difusão das novidades e com a integração do território pelos transportes.”<sup>55</sup> Esta integração, possibilita ligar o mercado produtor com o acesso aos bens de consumo por meio de cidades intermediárias, desencadeando o processo de urbanização do interior e de metropolização nas grandes cidades. Uma maior parcela da população passa a estar inserida na economia monetária, e bens com valor de uso passam a ter valor de troca.

Os fluxos migratórios levam pessoas das áreas rurais que estão sendo transformadas pela modernização agrícola, iniciada nos anos 1950 – concentração de terras e a expulsão da população rural de suas terras – em direção às grandes cidades, gerando um esvaziamento do campo até os anos 1970. Baeninger, aponta para uma perda de intensidade na taxa de crescimento populacional nos anos 1960, sendo o crescimento da urbanização ocasionado pelo “crescimento vegetativo das

---

53 BAENINGER. *Op. Cit.*

54 MELLO; NOVAIS. *Op. Cit.*, p. 560-561.

55 SANTOS, M. (1988) *Op. Cit.*, p. 89.

áreas urbanas”, “migração com destino urbano” e a “expansão do perímetro urbano”<sup>56</sup> sobre o rural.

A integração do território consolidada por meio do desenvolvimento paralelo das redes de transporte e comunicação, gera fluidez de capital, trabalho, produtos, tecnologia e conhecimento, aumentando o consumo, movimentando a economia, “as telecomunicações permitem que o comércio ganhe uma nova dimensão, e naturalmente todos estes fatores têm como consequência um novo aumento de circulação, paralelamente a uma urbanização que tende a ser aumentada”<sup>57</sup>

O capitalismo expande-se para o interior, modificando as relações entre trabalho e capital. Esta urbanização leva em conta a densidade física e densidade moral destas regiões que estão sendo urbanizadas. Nas regiões antigas com suas infraestruturas ligadas ao passado é hostil à implementação de novas tecnologias: devido ao alto custo para implementação de inovações, terciarização e estrutura social estabelecida, havendo maior resistência. Já novas regiões, criadas para servir uma economia moderna, não há resistência às inovações.

Pode-se inferir que o processo de expansão do setor elétrico está atrelado a ideia de desenvolvimento econômico, um objetivo almejado para todo o país pelas políticas públicas. Com a consolidação do sistema capitalista, o reavivamento de cidades, a expansão demográfica e o consequente movimento em direção as cidades, Londrina se insere como uma cidade de médio porte ideal que incorpora a modernização com otimismo – a pesar dos bolsões de resistência como os grupos indígenas – ao atender as demandas do sistema capitalista. A construção da Usina Hidrelétrica de Apucarantina vinha atender a crescente demanda de energia elétrica da região, as cidades cresciam rapidamente com o fluxo de migrantes. As pessoas buscavam nas cidades oportunidades – a possibilidade de ter um emprego, uma casa com energia e esgoto, a possibilidade de consumir. Os novos produtos e hábitos de consumo, como acesso à energia era uma das benesses de se morar nas cidades. Conforme a porcentagem da população urbana crescia, também cresciam as demandas energéticas. O avanço da industrialização e políticas protetoras do desenvolvimento incentivadas pelo governo, tinham como símbolo do desenvolvimento obras de infraestrutura como a Usina Hidrelétrica de

---

56 BAENINGER. *Op. Cit.*, p. 734.

57 SANTOS, M. (1988) *Op. Cit.*, p. 91.

Apucarantina. Pouco importava a localização desde que dali fosse possível extrair a energia que subsidiaria uma cidade moderna. Tal como foi evidenciado através das imagens publicadas na primeira revista ilustrada de Londrina **A Pioneira**, uma usina demonstrava que Londrina caminha em direção a um novo estilo de vida, mais moderno, mais confortável. A natureza estava ali, as margens da cidade, pronta para ser instrumentalizada e servir ao homem moderno.

### 3 POR UMA HISTÓRIA AMBIENTAL

A quebra de paradigmas historiográficos e a abertura para novos temas, objetos e fontes na década de 1970 possibilitou que a história explorasse perspectivas até então desconsideradas pela disciplina. A História Ambiental surge em meio a este contexto, por outro lado, também é fruto da revolução ambientalista e lutas sociais que ocorreram entre as décadas de 1960 a 1970 nos Estados Unidos. Este período é marcado pelos questionamentos relativos a preservação ambiental ao realizar críticas; a afluência e opulência dos países industrializados; o terror constante da possibilidade de uma guerra “atômica”; a difusão do conhecimento científico e uma maior compreensão dos acidentes ambientais; promoção de debates públicos e certo alarmismo pela população sobre um futuro incerto, em que o homem é uma ameaça iminente para o planeta, tal como os autores discutidos, no próximo subcapítulo, indicam. Pode-se afirmar que é neste contexto que a espécie humana toma consciência de que é parte intrínseca da natureza.

#### 3.1 NATUREZA E ESPAÇO, REFLEXÕES TEÓRICAS

Compreendemos a História Ambiental como o estudo das relações historicamente construídas entre os homens e a natureza, tendo em consideração que estas relações ocorrem por meio de um processo desestabilizador. Ao contrário de outras espécies, os homens possuem uma relação desigual com a natureza pois para além de suprir suas necessidades básicas materiais, sua subsistência exige que suas demandas socialmente construídas também sejam atendidas. Esta perspectiva histórica leva em consideração as variáveis ambientais na sociedade, superando e rompendo com o paradigma da dicotomia natureza e cultura. Tendo como objetivo colocar o espaço e natureza na sociedade, podemos evidenciar as diferentes relações constituídas ao longo do tempo de nossa espécie com estes espaços. Neste sentido, a natureza surge como agente histórico e não apenas de pano de fundo para acontecimentos históricos. Ao questionar as fronteiras tradicionais da história, esta perspectiva;

Rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie

distinta e 'super-natural', de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas.<sup>58</sup>

Ao incorporar as variáveis ambientais em seu repertório de pesquisa, podemos retirar indícios sobre as formas de produção de uma sociedade, das relações que esta mantém com os recursos naturais, das apropriações da natureza, colocando a sociedade na natureza. O uso de identidades naturais é fundamental nesta proposta, a bacia hidrográfica do rio Tibagi é um exemplo de espaço que possui uma série de características que a torna um espaço cobiçado pela possibilidade de construção de empreendimentos voltados para a produção de energia hidrelétrica.

A proposta busca repensar nossas relações com a natureza, pois este planeta continua sendo a única casa que abriga nossa espécie, e seu equilíbrio é fundamental para a continuidade da humanidade. Por outro lado, a natureza é condição básica para a existência da sociedade, e não há como dissociar a sociedade da natureza. Contudo enfatizamos, que a proposta da construção de uma História Ambiental não têm caráter determinista, mas dissociar as influências das condições naturais sobre as sociedades perde-se uma importante reflexão.

Para Worster os temas na História Ambiental são divididos em três grandes temas, podendo ou não fazer parte de uma mesma pesquisa; “primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado [...] o segundo nível da história ambiental introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com o ambiente”<sup>59</sup>

Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.<sup>60</sup>

A proposta neste capítulo é demonstrar duas perspectivas sobre a natureza, e entender como isto afeta a sociedade contemporânea e a cultura tradicional dos Kaingang. Para tanto retomamos ao tema já abordado no capítulo

---

58 WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Estudos Históricos. v. 4, n. 8, 1991. p. 2.

59 *Ibid.*, p.5.

60 *Id.*

anterior, sobre a importância do aumento da produção e consumo de energia do pós-guerra dos países industrializados ou em processo de industrialização, pois indica nossa atual relação com a natureza. Dominique Simonnet afirma que há um crescimento do consumo de energia de caráter exponencial, sendo a indústria o fator catalisador, pois para produzir de forma ilimitada há necessidade de se ter energia de forma ilimitada. Assim Simonnet afirma que esta sociedade, “não se tem em conta os usos finais da energia, nem as necessidades reais dos consumidores”.<sup>61</sup> Nos tornamos dependentes de energia, assim como se fosse uma droga, sendo que qualquer problema do cotidiano nos voltamos para alternativas que facilitam o dia a dia e que demandam um consumo excessivo. A crise energética é apenas um sintoma do sistema de produção ilimitado, um sistema dependente de energia. Nossa relação com a natureza é pautado no consumo, ou seja, não é uma relação natural mas cultural.

O sistema capitalista de produção têm por objetivo o controle da natureza para seus próprios fins, o lucro. É na transformação pelo trabalho que a matéria prima retirada do espaço biofísico se efetiva como produto de consumo social, ou seja, se transforma em cultura. Para nossa sociedade moderna e capitalista, tal como afirma Josimar Almeida, “o progresso e desenvolvimento são entendidos como de uma maior quantidade de bens de consumo”.<sup>62</sup> A compreensão que esta sociedade têm da natureza, seria o equivalente a um almoxarifado ilimitado, um depósito de recursos naturais.

O questionamento a este modelo floresce, na década de 1970, em meio as lutas sociais que difundiram uma crítica ecológica social. Crítica que denuncia a falácia da crença que o sistema de produção é ilimitado, ao apontar que os recursos que sustentam o sistema são limitados e irrecuperáveis. Este argumento desdobra-se em outra premissa, a qual considera que o consumo desenfreado que alimenta a acumulação de capitais também não é sustentável. Para compreender a inviabilidade desta forma de instrumentalização da natureza, nos pautamos no

---

61 SIMONNET, Dominique. A crítica da sociedade industrial. In: **O ecologismo**. Lisboa: Moraes Editores, 1981. p. 36.

62 ALMEIDA, Jozimar Paes. A Construção Histórica do Ecosocialismo. In: 13o. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia., 2012, São Paulo. **Anais do 13o. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência., 2012. v. 1. p. 1582.

pensamento de Enzo Tiezzi<sup>63</sup>, que fundamenta esta crítica ao demonstrar a aplicação da Segunda Lei da Termodinâmica a este cenário. Para Tiezzi a sociedade moderna capitalista está acelerando o processo de dissipação de energia. Pois estamos liberando por meio de processo de produção de bens de consumo a energia acumulada a milhares de anos. Aponta também que a ideia sustentada pelo liberalismo econômico de que “tempo é dinheiro”, ou seja, o tempo tecnológico, utilitário, de dinamização do processo produtivo é inversamente proporcional ao tempo biológico, aquele que rege a transformação lenta das paisagens naturais por processos geológicos, climáticos e biológicos. Desta forma, quanto mais rápido dispersamos energia menos temos disponíveis para a manutenção da espécie, pois o tempo biológico é um fenômeno de longa duração e cíclico, incapaz de regeneração se considerado dentro da escala de tempo tecnológico que é acelerado e linear. A influência do ecossocialismo é claro sobre esta vertente histórica, tal como afirma Almeida;

[O ecossocialismo] alicerça na crítica teórica que envolve diretamente a compreensão do impacto realizado pelas formas e relações de produção capitalistas moldando um conjunto de elementos naturais e de produtos sociais, bem como o próprio trabalho em si.<sup>64</sup>

Domenique Simonnet aponta que na contemporaneidade a natureza passa a ser vista como um fator limitante da produção, afinal estamos produzindo para além de sua capacidade de regeneração e nossos produtos finais geram rejeitos que a natureza é incapaz de reincorporar. Podemos entender que o tempo natural é cíclico, enquanto o industrial é linear, sendo uma distinção essencial entre os processos industriais e da agricultura, corroborando o pensamento de Tiezzi. A indústria transforma, como os aponta Simonnet, materiais não vivos por meio de técnicas imaginadas pelo homem, enquanto a agricultura produz substâncias vivas por meio de processos independentes do homem. Quando aproxima estes dois processos percebemos o rápido deterioramento do meio ambiente – dos solos, diversidade genética das plantas, etc. - e impactos sociais.

Projetos de desenvolvimento como a construção da Usina Hidrelétrica de Apucarantina teve impactos irreversíveis sobre o espaço biofísico

63 TIEZZI, Enzo. **Tempos históricos, tempos biológicos**. NBL Editora, 1988.

64 ALMEIDA, Jozimar Paes. Ecossocialismo e a contribuição de seu ideário político: o Manifesto Ecossocialista Internacional. **Diálogos (14159945)**, v. 19, n. 2, 2015. p.803.

ocupado pelas populações da região, inclusive sobre a reprodução social destas comunidades. As distintas relações de grupos tradicionais com espaço e a natureza, frente as extremas mudanças propiciadas pelo processo de desenvolvimento é foco de inúmeras disputas, choques culturais e construções de territorialidades. A construção destas territorialidades é antes de tudo um recorte historicamente construído, em sua simbologia, memória e valor atribuído.

Para tanto, consideramos o território destas comunidades tradicionais a partir da perspectiva “fundiária informada pela teoria antropológica da territorialidade”<sup>65</sup> a qual considera que há um esforço por parte dos grupos sociais a identificarem-se com o ambiente biofísico, atribuindo-lhe significados ou territorializando-o. Para Little, o processo de territorialização é um processo histórico que surge em um contexto específico, sendo necessário entender a relação particular que um determinado grupo mantém com o território em meio ao contexto em que a afirmação territorial ocorre. Para entender as relações entre o espaço e um grupo social, este autor propõe o uso do conceito de cosmografia, “definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”<sup>66</sup> ou seja, a construção de vínculos afetivos, história de ocupação, usos do território, entre outros aspectos.

A expansão das novas fronteiras agrícolas e a consequente implementação de infraestrutura pelo Estado sobre áreas ocupadas por comunidades tradicionais, são compreendidos como processos de expansão de um grupo social sobre outro provocando choques territoriais, tendo como resultado um posicionamento defensivo das populações tradicionais e consequente territorialização deste espaço por estes grupos, levando à resistência as novas atribuições dadas a estes espaços ou a acomodação as imposições, a uma construção de:

[...] conduta territorial [que] surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as

---

65 LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002. p.3.

66 *Ibid.* p.4.

pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais.<sup>67</sup>

A territorialidade é um movimento duplo, podendo ser construído em torno de uma imagem de desenvolvimento em prol do Estado-Nação formada em uma lógica expansão de fronteiras, vinculado ao interesse econômico, soberania nacional e identidade nacional. Compreensão hegemônica do espaço e natureza que soterra as demais territorializações de comunidades indígenas. Por outro lado, a resistência de perspectivas não hegemônicas, configurando-se em reivindicações pela demarcação de territórios indígenas. Ambos movimentos são resultados do mesmo esforço e parte do mesmo processo.

A territorialização hegemônica reconhece o espaço em duas categorias o privado e o público, ou seja, uma categoria que considera a lógica capitalista ou a transformação da terra em mercadoria. Outra que considera a terra como um bem público, sujeito a tutela do Estado-Nação relacionado a um material simbólico atrelado ao nacionalismo. Esta lógica transforma o acesso à terra em uma luta política de grupos interessados sobre aparelho estatal que controla este espaço. Em contraposição, temos uma territorialidade que reconhece o espaço como uma forma de propriedade social ou regimes de propriedade comum. Fundamentados no arcabouço da lei consuetudinária, como o caso dos povos indígenas, o conceito de propriedade privada da terra é inexistente e seu vínculo com espaço que está impregnado de significado e sentimento, como a memória coletiva. São estas percepções distintas e conflitivas, que se constroem sobre o uso de recursos naturais, espaços, que formam e definem fronteiras, imagens, símbolos e valores éticos, morais e mercantis que acarretam em conflitos.

Tendo em consideração que a sociedade contemporânea, compreende o espaço natural como uma ferramenta em prol do desenvolvimento. Em que rios fornecem uma a energia que coloca em movimento a construção de uma sociedade moderna de consumo. Buscamos compreender quais outras alternativas emergem ao se debruçar sobre os hábitos da comunidade que habita o espaço em que foi construída a Usina Hidrelétrica de Apucarantina.

---

67 LITTLE. *Op. Cit.* p.4.

### 3.2 TERRA DE NINGUÉM, O PROBLEMA DE DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS

A presença indígena na região do Norte do Paraná é perene, sendo que a presença da etnia Kaingang se estendia por um vasto território. Este abrangia as margens do rio Tietê em São Paulo ao rio da Prata no Rio Grande do Sul, do litoral ao Rio Paraná. A vasta extensão sob seus domínios, exigiam que estas comunidades indígenas combinassem diversos conhecimentos sobre o espaço. As distintas paisagens que compunham este espaço fornecia a caça, o peixe, coletavam e plantavam tudo que necessitavam para suprir suas demandas vitais e simbólicas. As lutas por territórios são anteriores aos processos de reocupação civilizatória da marcha para o oeste. Evidências arqueológicas, como aponta Lúcio Tadeu Mota, sugerem que havia entre os diversos grupos indígenas em conflitos territoriais a Bacia do Tibagi, pois era um local de predileção<sup>68</sup>. Com o advento do estado nacional moderno, este processo de luta territorial acelera devido a política de integridade territorial, forçando estas comunidades tradicionais remanescentes a transformar sua relação com a natureza e com os poderes políticos que impunham novas estruturas organizacionais.

Se por um lado a sociedade contemporânea e capitalista têm com compreensão uma lógica linear do tempo, a etnia Kaingang tem toda sua cultura organizada em torno de um calendário natural. Tal como afirma Lúcio Tadeu Mota e Kimiye Tommasino, sua subsistência vinha da exploração das florestas subtropicais, da caça, coleta, cultivo e pesca. Detinham o controle de um amplo espaço, seus movimentos no território eram regidos de acordo com as próprias estações, do próprio movimento da natureza, ou seja, uma relação temporal cíclica. “A sociedade Kaingang, até a primeira metade deste século, podia ser caracterizada como um povo de floresta e sua dinâmica sempre esteve, enquanto existiram florestas, diretamente vinculada a dinâmica da natureza”.<sup>69</sup>

Interferências externas marcaram as populações indígenas ao longo de séculos com os choques culturais, o deliberado extermínio das populações, epidemias e transferências compulsórias. Para Kimiye Tommasino houve tentativa

---

68 MOTA, Lúcio Tadeu. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. **Antíteses**, v. 7, n. 13, 2014.

69 TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em Movimento**. 1995. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. p.68.

destes grupos de manterem seus territórios tradicionais, a despeito do avanço civilizacional, segundo a autora a distribuição dos territórios indígenas demarcados na bacia do Rio Tibagi reflete a situação da extensão do território no passado, território que no passado era contínuo. Os choques culturais forçaram este povo a “reorganizar-se em novas bases materiais e simbólicas”,<sup>70</sup> adaptando-se e articulando com o sistema nacional hegemônico. Se os últimos indígenas livres nesta região perduraram até 1930 à tutela do Estado, com a restrição territorial sua resistência está presente em suas ressignificações e práticas a despeito da relação desigual. Segundo Tommasino, “práticas e representações evidenciam um processo permanente de resistência política (rejeição da dominação) e cultural (preservação de seus valores e etnicidade)”.<sup>71</sup>

O avanço da sociedade contemporânea sobre seus territórios, em especial as planícies, espaços ideais para a agricultura os fez abandonar determinadas práticas. “Durante os anos de conquista, os Kaingang se refugiaram nas regiões mais acidentadas, condição natural que tornava-as não cobiçadas para colonização e ainda dificultava o acesso de estranhos”.<sup>72</sup> A ocupação das terras planas pela colonização do interior, retirou os espaços de caça e coleta destas comunidades. Impossibilitando sua reprodução social de caçadores e coletores. Contudo os espaços acidentados de seus territórios, como indica a localização dos Territórios Indígenas demarcados atualmente, foram mantidos. Se até a metade do século XX os territórios acidentados foram o um refúgio pelo simples fato de não haver um valor comercial para áreas em que o cultivo é inviável, o aproveitamento hídrico buscou exatamente estas características para seus projetos, um território acidentado.

Uma política de ocupação do território levado a cabo pelo governo do Paraná, garantia para si o poder de distribuir terras, a fim de incentivar áreas de ocupação estabelecendo cidades e vilas, como a cidade de Londrina, levando a civilização às áreas de fronteira tida até então como áreas vazias. Tal como aponta Tommasino, “a sociedade nacional impôs modelos econômicos, sociais e culturais,

---

70 TOMMASINO. *Op. Cit.*, p. 18.

71 *Id.*

72 *Ibid.*, p.70.

mas disto não resultou a dissolução e homogeneização das culturas subordinadas”.<sup>73</sup> Este movimento desenvolvimentista pressionou povos indígenas a tomarem um posicionamento de defesa e sobrevivência de seu modo de vida e território, devido aos padrões de subsistência alienígenas introduzidos e sua subordinação ao mercado regional. Outro efeito que o avanço sobre estas regiões teve sobre estes povos, foi o abandono das “roças [que] eram feitas nas bordas da mata, em áreas de morros naturais, no espaço de transição entre um ecossistema e outro”,<sup>74</sup> eram técnicas de agricultura rudimentar, mas o plantio de milho e seu consumo detinha um importante espaço na alimentação e cultura. O abandono desta prática se apresenta segundo Tommasino, como uma estratégia de sobrevivência, conforme o contato com brancos ficava mais frequente.

Deste modo Lúcio Tadeu Mota aponta que “acirraram as disputas pela terra e suas riquezas e criaram uma nova conjuntura de lutas que perpassou toda a primeira metade do século XX”<sup>75</sup> no Paraná. A delimitação de terras indígenas no início do século XX, eram políticas de interesse de elites locais, não para assegurar terras para as comunidades tradicionais, mas para estabelecer aonde não poderiam permanecer, para que as terras estivessem livre para o mercado. “Assim, reservar áreas de terras para os índios era dizer que eles não tinham mais a liberdade de manejar todos seus territórios como vinham fazendo até então”,<sup>76</sup> pois as frentes de ocupação que incluía desde homens livres e pobres, fazendeiros e políticos, a foragidos da justiça, ameaçavam territórios de forma legal e ilegal. Esta desterritorialização ocorreu de algumas formas segundo Mota; a primeira foi por meio da ocupação ilegal de terras, contudo formas legais também ocorreram por meio da “atuação dos governos estaduais que passaram a administrar esses territórios como terras consideradas devolutas e colocá-los à disposição para projetos de colonização”<sup>77</sup> executado por meio de decretos estaduais que reservaram áreas destinadas aos povos indígenas, os restringindo e abrindo ao mercado áreas que estavam sob manejo dos índios. A segunda forma ocorreu pela

---

73 TOMMASINO. *Op. Cit.*, p. 19.

74 *Ibid.*, p.72.

75 MOTA. *Op. Cit.* pp. 360-361.

76 *Ibid.*, p. 368.

77 *Ibid.*, p. 384.

ação do governo federal que “passou a implantar as Povoações Indígenas com o intuito de transformar os indígenas em agricultores fixados em lotes de terra vivendo como os nacionais e produzindo mercadorias para o mercado nacional e internacional”,<sup>78</sup> um desejo que acabou por não se concretizar.

A falência da política indigenista que buscou integrar os povos indígenas na sociedade fica evidente quando notamos que estes foram deixados a própria sorte; “As políticas públicas adotadas oficialmente revelam claramente que o Estado brasileiro sempre preconizou a homogenização cultural e racial [...] do modelo único de cultura, através da ‘civilização’ dos índios”.<sup>79</sup> O resultado destas políticas foram maior resistência e uma reafirmação de sua identidade como “índio”, fazendo uso inclusive do imaginário social dos homens brancos, reforçando sua distinção étnica. Os Kaingang “produziram um espaço próprio”<sup>80</sup> com sua própria consciência histórica.

Estratégias de resistência surgiram das necessidades de proteção de seus territórios, os povos tradicionais procuraram estabelecer alianças com o poder político procurando proteção do governo federal das áreas demarcadas. Buscaram expor a situação de desterritorialização frente aos movimentos de reocupação, buscando sanar as diferentes situações como a drástica redução de território, a falta de documentação e títulos de posse, como também a permanência em antigos territórios a despeito do governo. A manutenção de seus costumes também foram estratégias resistência, apesar das tentativas de aculturação mantiveram traços das formas tradicionais de vida na construção de abrigos, rituais de enterramento, a poligamia, garantindo a sua permanência no Vale to Tibagi.

Contudo no ano de 1949 ocorreu uma nova etapa de desapropriação, processo que Eder Silva Novak explora por meio análise do acordo firmado entre o governo nacional e o estado do Paraná em que seis áreas foram reestruturadas, dentre elas o território indígena de Apucarantina. O território demarcado no início do século que tinha uma área total de sessenta oito mil hectares passou a ter em 1949 uma área de seis mil e trezentos hectares, tendo como base de cálculo uma média de vinte hectares por pessoa. Novak entende essa ação do governo como uma estratégia de liberação de terras em áreas de conflito

<sup>78</sup> MOTA. *Op. Cit.* p. 384.

<sup>79</sup> TOMMASINO. *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>80</sup> *Id.*

contida em uma política nacionalista e desenvolvimentista, apesar da alegação utilizada de que o acordo visava regularizar e proteger os territórios indígenas, assimilando e integrando os a cultura nacional. Tal reestruturação dos territórios considera apenas a ocupação permanente destes povos tradicionais, concebendo as áreas adjacentes como terras devolutas, ignorando o modo de vida levado por estes grupos, como seus laços afetivos, emocionais e religiosos com o território, partindo do pressuposto que estas populações se inserem na política de colonização. Novak aponta que em 2010 a média de hectares por pessoa em Apucarantina é de quatro hectares por pessoa, e levanta algumas questões sobre as condições de reprodução social destas comunidades.

O aumento demográfico nestas áreas nas últimas duas décadas, somado ao desgaste do solo, a diminuição dos recursos naturais, a ineficiência dos órgãos e o descaso geral do poder público, dificultam a sobrevivência das populações indígenas em suas terras.<sup>81</sup>

Os conflitos territoriais que atingem as comunidades indígenas da bacia do rio Tibagi, são fatores construídos historicamente. A terra e os rios que permeiam a região foram alvo de diferentes instrumentalizações pelos homens, e diferentes referências simbólicas de representação destes espaço. O processo de interiorização do território, os incentivos desenvolvimentistas tiveram grandes impactos nas representações e usos do espaço pré-existentes.

### 3.3 O LUGAR DOS RIOS NA SOCIEDADE MODERNA E NAS SOCIEDADES TRADICIONAIS

Podemos nos perguntar qual é o local do rio na história, como já foi enfatizado está nas significações e relações atribuídas a eles pela sociedade, neste sentido buscamos compreender quais são as transformações e permanências pelo qual estes ambientes passaram ao longo do tempo, tendo como marco inicial as primeiras populações que habitavam a bacia do Tibagi. Como aponta Gilmar Arruda a mais de sete mil anos, a bacia do Tibagi co-evoluiu com estes habitantes que usufruíam dos recursos naturais e praticavam algum tipo de agricultura. Tornando este espaço compreendido pelos colonizadores como natural, intocado ou até

---

81 NOVAK, Éder da Silva. Territórios e grupos indígenas no Paraná: a expropriação de terras através do acordo de 1949. In: **Encontro Regional de História**, 14., 2014, Campo Mourão. Anais. Campo Mourão, UEP, p.1760.

mesmo selvagem em uma natureza já transformada. Um segundo marco da história da bacia do Tibagi é a chegada de europeus, com a introdução de espécies, suas representações do espaço e a transformação da terra em propriedade privada. A região oeste do Paraná, aonde desemboca o rio Tibagi foi uma região de resistência, em que formas antigas de apropriação da natureza permaneceram a despeito da marcha civilizatória, criando bolsões como as reservas indígenas ao longo do percurso do Tibagi.

No paraná a Bacia do Rio Tibagi tem local privilegiado com seus sete rios e dezoito saltos, com uma capacidade de geração de 108,000 HP.

O rio Tibagi é o principal afluente da margem esquerda do rio Paranapanema, que em parte do seu curso faz a fronteira entre o norte do PR e o sudoeste de São Paulo. A sua bacia está contida inteiramente no estado do Paraná. Pertence à grande bacia do rio Paraná, um dos formadores da bacia do rio da Prata. Nasce entre os municípios de Ponta Grossa e Palmeira, sul do Estado, a uma altitude aproximada de 1.100 metros e percorre cerca de 600 quilmetros até a sua foz no Paranapanema, situada nos municípios de Sertaneja e Primeiro de Maio, a uma altitude aproximada de 300 metros. O rio Tibagi tem 65 tributários principais e a sua área de drenagem tem pouco mais de 25.000 km<sup>2</sup>, representando um pouco mais de 12% de todo o território do Estado do Paraná. [...] Apresenta em seu curso 91 cachoeiras e corredeiras, com alguns saltos destacados, como os de Peludo, com 5 metros, o de Grande Conceição, com 115, 5 metros, o de Mauá, com 28 metros.<sup>82</sup>

Para entendermos a relação entre os dois grupos, - a sociedade moderna organizada por seus meios de produção e natureza instrumentalizada por um lado, de outro as comunidades indígenas Kaingang que resistiram sua inserção mantendo suas práticas tradicionais – exploramos as falas presentes em documento oficial da Câmara Municipal de Londrina, o Projeto de Decreto Legislativo 381-A de 1999. O assunto abordado em tal projeto  “autorização do uso de Terra Indígenas na Região de São Jerônimo da Serra, no Tibagi”.<sup>83</sup>

O decreto apresenta pareceres da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela Constitucionalidade, assim como o próprio posicionamento das comunidades. O documento enfatiza que por Decreto do Congresso Nacional é o

---

82 ARRUDA, Gilmar. Descendo o rio: alguns apontamentos para uma história ambiental do rio Tibagi-PR In: **Descendo o rio: alguns apontamentos para uma história ambiental do rio Tibagi-PR**. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v.1, p. 205.

83 LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. Projeto de Decreto Legislativo N 381-A de 1999. *Op. Cit.*, p. 1.

poder executivo que detém a autorização para realizar o acordo com as concessionárias para a realização o aproveitamento hídrico. Sendo estas responsáveis pela manutenção de termos e acordos – inclusive a compensação direcionada as comunidades – realizados com a FUNAI, quando o aproveitamento está situado em território indígena, visando a proteção destas comunidades.

Desta forma o Projeto de Decreto teria como função estabelecer um acordo entre os diferentes interesses, contudo sua preocupação em incluir as comunidades indígenas no processo é justificado pela pressão das diversas comunidades indígenas do país, que entre as décadas de 1980 a 1990 fizeram grandes manifestações com o objetivo de assegurar seus direitos e reforçar sua identidade, a despeito das diferenças étnicas entre os diversos grupos. Desta forma a justificativa apresentada pelo relator Sr. José Borba\* sobre a proposta de decreto, é de que a participação das comunidades é uma exigência constitucional, ou seja, uma formalidade;

[...] no artigo 231, paragrafo 3º, que reza o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma de lei.<sup>84</sup>

Há no texto uma preocupação também em apontar que o projeto hidrelétrico proposto é de interesse e relevância social, mas não fica claro nas palavras do deputado, de quem é o interesse da concretização do projeto. Interessante notar que os aspectos técnicos da obra são aprovados a nível nacional, sendo que o Projeto de Decreto tem exclusivamente a função de negociar os termos da implementação com as comunidades indígenas, como aponta o texto: “O assunto [é] restrito as opiniões e proteção aos índios, necessita de anuência limitando-se o Decreto Legislativo a emitir autorização em relação apenas a essa questão.”<sup>85</sup>

Desta forma houve a indicação a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias que fizessem reuniões com os interessados.

---

\* Houve a substituição dos redatores após a apresentação da proposta.

84 LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. Projeto de Decreto Legislativo Nº 381-A de 1999. *Op. Cit.*, p. 2.

85 *Id.*

A primeira reunião foi marcada para 1 de Abril de 1999 na Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra, a segunda na Reserva Indígena de Apucarantina foi realizada em 26 de maio de 1999. A reunião em São Jerônimo da Serra contou com representantes indígenas, do Ministério Público Federal, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEL), COPEL, IBAMA, Ministério Público Estadual, FUNAI e outros. Nesta reunião não houve consenso sobre quais seriam os acordos firmados entre as partes interessadas, em especial, segundo o documento dentre as comunidades indígenas que apontavam a necessidade de realizar debates internos a comunidade. Contudo o relato do documento informa que havia consciência das comunidades sobre os impactos da obra. “Observou-se que os índios Kaingang tinham noção das implicações do empreendimento, tanto que acompanharam os levantamentos de campo pela COPEL”.<sup>86</sup> Contudo questiono que tipo de consciência a comunidade detinha sobre tal empreendimento se considerar a próxima afirmação do documento, quando indica que não foram capazes de “mensurar economicamente o significado da obra”<sup>87</sup> para propor uma compensação. Falta que teria sido suprida pelos dados parciais disponibilizados pela COPEL. Busca-se sanar todas e quaisquer divergências que ocorreram durante as negociações, tenta-se passar pelo documento que houve um debate interno e autônomo da comunidade e que um consenso estava próximo e que havia “vantagens inequívocas para as comunidades”.<sup>88</sup>

Primeira proposta de compensação pela inundação de parte dos territórios das duas comunidades previa: compensar a terra inundada com área equivalente e um por cento dos royalties. Relator substituto, Deputado Luciano Pizzato, frisou que aquele era um marco inicial de uma nova postura do governo, ou seja, que a Constituição de 1988 finalmente estava sendo garantida para as comunidades indígenas afetadas. “Empreendimento nasce com a participação de todos os envolvidos, diferente de outras usinas hidrelétricas que somente após a conclusão da obras iniciaram as negociações com as comunidades indígenas”.<sup>89</sup>

---

86 LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. Projeto de Decreto Legislativo Nº 381-A de 1999. *Op. Cit.*, p. 5.

87 *Id.*

88 *Id.*

89 *Ibid.*, p.9.

A transcrição do documento sobre a fala de lideranças indígenas apontam que, “todos falaram que as terras a serem inundadas não poderiam ser substituídas por outras da mesma dimensão, tendo em vista o valor cultural das mesmas para eles”.<sup>90</sup> A comunidade também indicou que havia a necessidade de realizar reuniões com as comunidades da região e que a decisão não poderia ser tomada até serem envolvidos todos os membros.

A frase destacada ressalta as diferentes percepções que os grupos interessados tinham sobre o empreendimento, historicamente a comunidade possui uma intrínseca relação com o espaço. Tal como aponta Tommasino, os Kaingang não eram exímios nadadores ou um povo com afinidade para navegação, contudo a presença de rios em seus territórios eram fronteiras delimitadoras que fornecia a barreira necessária para a formação de identidades.

É possível afirmar que cada território indígena, para reproduzir a economia baseada na caça/coleta/agricultura, exigia uma área bastante larga fisicamente, mas tinha de oferecer também as condições para garantir a manutenção de sua identidade étnica.<sup>91</sup>

Enquanto os grandes rios forneciam barreiras naturais contra inimigos, os rios menores os afluentes “se consistiam como rios de encontro e (re)união entre habitantes dos diferentes grupos locais”.<sup>92</sup> O espaço natural também está presente em seus mitos de origem, que elementos da natureza marcam o tempo, o começo. “Quando falam do passado e dos tempos antigos, os fatos estão inscritos em espacialidades marcadas pelos rios, florestas e serras”.<sup>93</sup> Se os afluentes eram as barreiras entre grupos amigáveis, as margens dos rios eram locais para a celebração de ritos sociais o que Tommasino denominou como “a celebração prática e simbólica da unidade sociopolítica da sociedade Kaingang do Tibagi”.<sup>94</sup> O espaço e natureza é um aspecto fundamental de sua cultura;

---

90 LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. Projeto de Decreto Legislativo Nº 381-A de 1999. *Op. Cit.*, pp. 9-10.

91 TOMMASINO. *Op. Cit.*, p. 73.

92 *Ibid.*, p. 74.

93 *Ibid.*, p. 77.

94 *Ibid.*, p. 74.

Território Kaingang, portanto, é vivido e concebido como um conjunto dos subterritórios. Em cada subterritório se distribuíam em várias aldeias, tendo pontos de referência os rios, as serras, as florestas e os cemitérios que compunham o espaço produzido historicamente e culturalmente.<sup>95</sup>

Podemos dizer que se os grandes rios constituíam em limites entre grupos inimigos, os afluentes destes grandes rios se constituíam em limites dos subterritórios dos grupos locais e as margens dos rios constituíam-se como limites que se abriam ritualmente.<sup>96</sup>

A segunda reunião na Reserva Indígena de Apucarantina contou com uma participação muito mais singela de representantes interessados. A reunião foi aberta com a fala do relator:

Ponderou que como Relator tinha que oferecer um parecer ao Projeto de Decreto Legislativo que garantisse à comunidade indígena uma melhoria de qualidade de vida, especialmente em relação à saúde, educação, moradia e condições de trabalhar melhor a terra para a agricultura e pecuária.<sup>97</sup>

No entanto, acreditava que se o projeto cumprisse todos os critérios estabelecidos, sem colocarem risco a cultura e a independência daquela comunidade indígena, com a fiscalização dos órgãos competentes e dos próprios índios, não tinha porque não acreditar numa melhoria de vida e, ainda, considerando a escassez de recursos por parte dos órgãos governamentais para a implementação de projetos nesse sentido, se firmado um acordo com a comunidade indígenas, elaboraria seu parecer favorável ao Projeto de decreto legislativo estabelecendo todas as garantias necessárias para que aquela comunidade alcançasse uma independência financeira para o desenvolvimento de seus projetos.<sup>98</sup>

A contraproposta propunha compensar a terra inundada por uma área quatro vezes maior; a participação da comunidade seria de um por cento sobre o valor bruto do faturamento, e a concessionária forneceria uma estrutura para a comunidade; moradias, hospitais, centro social e cultural, infraestrutura para a exploração de ecoturismo e apoio financeiro até a conclusão da obra. A contraproposta pela perspectiva do relator era vantajosa, pois proporcionava “toda uma estrutura [...] escolhidas livremente nas reuniões da comunidade, permitirão transformar as duas comunidades hoje totalmente dependentes e carentes em comunidades com plenas condições de manter sua própria sobrevivência”.<sup>99</sup>

95 TOMMASINO. *Op. Cit.*, p. 78.

96 *Ibid.*, p. 81.

97 LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. Projeto de Decreto Legislativo Nº 381-A de 1999. *Op. Cit.*, p.11.

98 *Id.*

99 *Ibid.*, p. 6.

Um ponto a ser destacado na fala, é a importância do projeto como um elemento capaz de fornecer uma melhora de qualidade de vida desse grupo, tendo em consideração que o governo nem sempre têm condições de fornecer tais investimentos. A perspectiva de indígena como agricultor, proposta presente desde a década de 1930, permanece na fala do político, assim como a tentativa de inserção das comunidades na sociedade contemporânea.

Em contrapartida o posicionamento Kaingang:

Sr.Lourival de Oliveira, Presidente do Conselho Regional Kaingang de Londrina, que colocou a posição das comunidades previamente ouvidas de não aceitar qualquer acordo para a construção da hidrelétrica, tendo em vista a insegurança que pairava na comunidade, porque os acordos anteriormente feitos com os brancos nunca foram cumpridos, ressaltando que a COPEL, não repassava o dinheiro fruto de acordo de uma pequena hidrelétrica que já funcionava naquela reserva indígena. Não corrigiram este valor e que muitos deles estavam passando por várias necessidades, não tinham como cuidar dos doentes, nem veículo para uma emergência. Ressaltou que as comunidades tinham receio de que com a hidrelétrica em funcionamento muitos brancos passariam a conviver com os índios, levando doenças e poderia causar uma mistura de raças, prejudicando a cultura e costumes indígenas. Desta forma, enfatizou que não desejaria nem mesmo ouvir os números da COPEL porque, não poderia firmar nenhum acordo, em face de não ter autorização da comunidade.<sup>100</sup>

O representante Kaingang, manteve o posicionamento de que só poderiam tomar decisões como uma comunidade. Interessante notar a menção à Hidrelétrica de Apucarantina, em especial o descumprimento de acordos. Apontaram que não tinham benefícios reais de infraestrutura apesar de já ter presente em seu território uma usina. Sem uma resposta de adesão da comunidade para com o projeto, ficou determinado que haveria outras reuniões internas à comunidade, para que pudessem debater sem interferências externas. Assim se encerrava mais uma reunião sem respostas definitivas, o relator fechou a reunião com a seguinte fala:

O Deputado Luciano Pizzatto ressaltou que não poderia tomar outra iniciativa a não ser acatar a posição dos índios, enfatizando que sem acordo daria parecer contrário ao Projeto de Decreto Legislativo nº 381/99. No entanto, disse sentir muito pelos índios, que influenciados por pessoas que se dizem trabalhar a favor dos índios, utilizam de mecanismos para bloquear quaisquer tentativas de melhoria para os mesmos, sem antes

---

100 LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. Projeto de Decreto Legislativo Nº 381-A de 1999. *Op. Cit.*, pp. 11-12.

apreciar com cuidado as propostas que são apresentadas por outros segmentos.<sup>101</sup>

A comunidade estava sendo apresentada até este momento pelo documento como uma comunidade capaz que analisar as implicações do projeto, que beneficiaria com uma estrutura paga pelas concessionárias, e que detinha liberdade em apontar as demandas sociais da comunidade. Contudo ao rejeitar a proposta, foi insinuado que eram influenciados, e que estavam deixando passar uma grande oportunidade. A política paranaense desde sua emancipação presta grande valor aos rios do estado.

Gilmar Arruda realiza uma discussão sobre o papel dos rios no Paraná na a política paranaense. Por meio de documentos oficiais do estado o autor procura compreender a política empreendida pela nova estrutura estabelecida em 1853 com a transformação da Quinta Comarca de São Paulo na Província do Paraná. As ações buscavam dominar o território, povoar e reconhecê-lo. Era uma busca da substituição do ambiente natural por um cada vez mais artificial para que pudesse ser instrumentalizado. Entre estas artificializações do ambiente as barragens tomam um papel decisivo destas decisões, pois seus impactos transformam radicalmente a paisagem, sendo que é entre a década de 1920 à 1950, mas especialmente no final da década de 1940 e início de 1950 que “os rios começaram a aparecer com a sua função mais recente, o de fornecedor potencial de energia elétrica”.<sup>102</sup> Este potencial de produção, segundo Arruda, altera a compreensão das características a serem valorizadas em um rio. A eletricidade deve ser entendida neste contexto como uma nova tecnologia tanto no seu surgimento como na expansão de seu uso.

Novas tecnologias impõem novas demandas ao natural, portanto, se anteriormente as corredeiras e quedas foram percebidas como 'obstáculos' para o desejo de apropriar-se dos cursos d'água como 'estradas', agora os 'acidentes altimétricos' passavam a ser vistos como 'riqueza' natural a ser explorada.<sup>103</sup>

---

101 LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. Projeto de Decreto Legislativo N° 381-A de 1999. *Op. Cit.*, p.12.

102 ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no Estado do Paraná: pontes, força 'hidráulica' e a era das barragens (1853-1940). **Varia História**, v. 24, n. 39, 2008. p.156.

103 *Ibid.*, p.166.

Arruda aponta que esta significação era inédita para o período, as quedas d'água passaram a ser valorizadas pelo seu valor de mercadoria. Os discursos oficiais expunham uma argumentação favorável na década de 1940 para a implementação destes objetos técnicos, sendo símbolo da modernidade e desenvolvimento. Devido a valorização da produção de energia elétrica como riqueza natural, o setor teve amplo apoio. Tomamos como conclusão de que este discurso político que o organizava o território de acordo com o aproveitamento hídrico, não é exclusividade do governo paranaense mas uma tendência nacional.

Para Donald Worster este apreço que o governo têm sobre seus recursos naturais é um desenvolvimento das ações dos homens para controlar a natureza. Em empreendimentos como hidrelétricas uma burocratização e centralização é um passo decisivo da nossa sociedade para que os esforços para a concretização de uma civilização urbana. Os grupos interessados na concretização de um projeto como este, querem o domínio do natural, sem restrições. Assim aponta Worster sobre o caso do Rio Colorado na década de 1930:

Todas as vozes falavam em termos de uma razão fria e calculadora - de planejamento científico, de estratégias de marketing, de princípios hidráulicos - mas sempre sob a superfície racional havia uma camada insondável de irracionalidade, um desejo vago e não especificado, uma vontade de poder.<sup>104</sup>

A ideia de natureza é produto cultural. Quando levamos em consideração a sociedade moderna capitalista, entendemos que a natureza é instrumentalizada em uma lógica utilitarista, tornando-se assim matéria prima a ser transformada em algo útil. Uma lógica muito distinta das comunidades tradicionais Kaingang, que exploram também a natureza, mas possuem uma relação simbólica e afetiva com o espaço. A natureza para este grupo define os seus ritos, políticas, mitos de origem, enfim toda sua cultura. O Projeto de Decreto explorado, não foi efetivado, após a constatação de que a intervenção tecnológica prejudicaria a cultura dos povos que vivem ali, assim o projeto foi considerado inconstitucional. A vitória das comunidades em salvaguardar seu território levou a comunidade a buscar

---

104 All of the voices spoke in terms of cool, calculating reason – of scientific planing, of marketing strategies, of hydraulic principles – but always under the rational surface there was an unfathomable layer of irrationality, a vague unspecified longing, a will to power.(TRADUÇÃO LIVRE) WORSTER. (1992) *Op. Cit.* p.70.

reparação os impactos da Usina Hidrelétrica de Apucarantina, construída inteiramente sob território tradicional indígena no fim da década de 1940.

### 3.4 TERRA, ÁGUA E CONFLITO

A proposta deste trabalho foi o de compreender os múltiplos significados atribuídos a um espaço natural, que foi apropriado por povos indígenas no passado, e na década de 1940 foi reapropriado pelo governo local para fornecimento de energia elétrica. A última questão que propusemos responder, faz referência a existência de uma permanência histórica sobre a forma como é retratada a Usina Hidrelétrica de Apucarantina atualmente na mídia? E para responder esta última questão utilizamos um artigo veiculado na mídia sobre a resolução do conflito judicial entre a comunidade indígena de Apucarantina e a empresa concessionária da usina hidrelétrica construída em seu território, a COPEL. Foi a conquista de barrar a construção da Usina Hidrelétrica de São Jerônimo, que impulsionou as reivindicações por uma reparação sobre os cinquenta anos de exploração do espaço natural de sua reserva.

**FIGURA 6** – Índios obrigam Copel a desativar usina. (2001).

10 GAZETA DO POVO PARANÁ Quarta-feira, 29 de agosto de 2001

**ENERGIA ■ LIDERANÇAS QUEREM NOVO ACORDO PELO USO DA ÁREA E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS DA COMPANHIA**

# Índios obrigam Copel a desativar usina

Empresa diz que não há segurança para os operadores na hidrelétrica da Reserva de Apucarantina

**TAMARANA** - A USINA HIDRELÉTRICA DO Apucarantina, localizada na reserva indígena do mesmo nome, no município de Tamarana (70 km de Londrina), foi desativada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) por tempo indeterminado. A empresa está em negociação com os líderes indígenas, que exigem aumento no valor do arrendamento pela ocupação de suas terras e participação no lucro da hidrelétrica.

No dia 8, três funcionários foram seqüestrados para forçar a negociação com a diretoria

dada nova reunião para a última segunda-feira. Segundo a assessora de imprensa da Copel, a empresa ficou à Funai que a terceira reunião aconteceria em na sede em Londrina. Os índios, no entanto, ficaram esperando pelos diretores da empresa na reserva e não compareceram. A reunião acabou acontecendo com a presença do procurador da República, João Akira Omoto, e do administrador da Funai, José Gonçalves dos Santos.

As propostas da Copel, ainda não reveladas, foram entregues ao cacique da reserva, Moisés Lourenço, na manhã de ontem. "Enquanto não houver segurança para os operadores, a hidrelétrica ficará paralisada", informa a assessora e acrescenta que a empresa ficará aguardando um posicionamento dos indígenas para novas rodadas. A paralisação, segundo a empresa, não vai afetar o fornecimento de energia na região, que é suprido pelo sistema interligado.

O cacique da reserva, Moisés Lourenço, recebeu ontem a contraproposta da companhia.

**ROYALTIES**  
**Empresa desconta gasto**

A Usina Hidrelétrica do Apucarantina é interligada à rede regional de eletricidade, com uma linha direcionada para Londrina, outra para São Jerônimo da Serra e uma terceira para atendimento aos consumidores rurais. Conforme o cacique Moisés Lourenço, um novo contrato com a Copel é reivindicado pelos indígenas há vários anos. Ele diz que a empresa repassa anualmente apenas R\$ 56 mil a título de royalties, mas desconta R\$ 26 mil pelo uso da energia na reserva. Os R\$ 30 mil que sobram são divididos pelas 300 famílias que moram na área, cabendo somente R\$ 100,00 para cada uma, número de habitantes da reserva é de cerca de 1.500, percentes a raça caingangue



» ANTONIO TEIXEIRA

Fonte: **Gazeta do Povo**. Curitiba, 29 ago. 2001. Biblioteca Pública de Londrina.

Em agosto de 2001 data de publicação do artigo **Índios obrigam Copel a desativar usina**, a empresa Copel e a Comunidade Indígena de Apucarantina já se encontravam em um embate judicial. O objetivo de tal disputa era a revisão do acordo mantido entre ambos, sobre a utilização e aproveitamento energético realizado na Usina Hidrelétrica de Apucarantina construída em 1948 sob território indígena.

O artigo indicado foi assinado pelo colunista Antônio Teixeira, do periódico **Gazeta do Povo**. Este jornal foi fundado em 1919 e é considerado o maior jornal do estado do Paraná atualmente, e também é o de mais longa circulação. Está presente no cotidiano paranaense, e desde 1962 é parte integrante do Grupo Paranaense de Comunicação. O conglomerado de informação é responsável por grande parte da informação consumida no Paraná. Possui grande influência na formação da opinião pública, conta com outros órgãos de difusão de informações como RPC TV, com emissoras mais 7 cidades no estado, em 1988 incorporou a rádio 98FM. Em 1999 passou a fazer parte do grupo o já extinto Jornal de Londrina, entre outros. Sua tiragem chegou a alcançar uma média de 200 mil exemplares nos domingos e 80 mil exemplares nos dias de semana no ano de 2000. O grupo se apresenta atrelado a interesses políticos e econômicos do estado, possui uma postura política de cautela e atrelamento ao poder, e pode ser caracterizado por uma postura conservadora e neoliberal. Pautada pela política do jornal, suas publicações apresentam uma perspectiva conservadora e neoliberal, acompanhando a política paranaense.

Retomando o contexto histórico da disputa territorial, envolveu a comunidade indígena, que detém direitos sobre este espaço desde 1900 e teve seu território reduzido sucessivamente ao longo da história. A hidrelétrica foi construída mediante um acordo de concessão de arrendamento de terras firmado entre a Empresa Elétrica de Londrina e o governo Federal, mediado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a empresa obteve direito de utilização de parte do território indígena de Apucarantina para a construção da hidrelétrica com a finalidade de realizar o aproveitamento hídrico voltado para a geração de energia elétrica para abastecer cidade de Londrina.

O desenvolvimento do setor elétrico e sua expansão com o Plano Nacional de Eletrificação dos anos 1950, caracterizado pelo seu intervencionismo

estatal, culminaria com a criação da Copel na década de 1970. A Copel colocou um fim ao localismo do sistema da Empresa Elétrica de Londrina, quando incorporou a seu patrimônio a Usina Hidrelétrica de Apucarantina em 1974. Tanto a construção desta hidrelétrica, como a criação da Copel são parte de um projeto de expansão de produção e demanda de energia elétrica que correlaciona o desenvolvimento deste setor com o desenvolvimento do país.

O artigo apesar de suas características expositivas, se mostra tendencioso ao buscar persuadir o público a pensar na comunidade como um entrave, um obstáculo que pode vir ameaçar o fornecimento de energia elétrica caso não seja sanado o problema. O texto passa a pretensão de ser informativo e neutro. Contudo, percebe-se que as escolhas das palavras no artigo buscam causar o espanto e choque, dando a impressão de que a estatal está sendo coagida pela comunidade indígena. A comunidade por outro lado é retratada como gananciosa, violenta, de comportamento incivilizado. A Copel se apresenta como a resolução, pois fizeram tudo para normalizar a situação.

As falas que permeiam o texto são oriundas da Copel, tornando o texto em uma fala monológica, aparecem de forma implícita e explícita no texto. Inclusive o jornalista fez o uso do discurso direto, ao citar a assessoria da empresa. O discurso indireto se apresenta quando o jornalista apresenta a fala dos diretores, ao relatar a motivação para a tomada de decisão. Parafraseia assim mais uma posição da companhia, expondo que a ação tomada de fechar a usina tinha como objetivo evitar a exposição dos funcionários a situação hostil da comunidade.

O indício que apresenta o artigo publicado na Gazeta do Povo, é de que há uma forte preocupação dos setores beneficiados pela produção energética em cooptar a atenção da sociedade para o problema imposto pela comunidade indígena. Ao retratar essa etnia como um entrave para sociedade, a causa de uma possível falta de energia elétrica, o artigo impõe a percepção de que o espaço em que a Usina Hidrelétrica de Apucarantina têm uma única função, a de fornecimento de energia elétrica. Ou seja, uma percepção de que a natureza tem como última função, ser instrumentalizado, denotando assim o discurso presente no artigo com características da ideologia desenvolvimentista.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes representações de natureza, sobre o espaço em que foi construída a Hidrelétrica de Apucarantina apresenta conflitos e tensões de longa duração, que pudemos explorar em alguns eixos temáticos. O recorte temporal trabalhado de 1948 a 2001 é pautado pelos documentos encontrados nos arquivos durante a pesquisa realizada entre 2015 a 2016. As fontes evidenciam é que há uma permanência da lógica desenvolvimentista quando estão em jogo as representações territoriais hegemônicas de espaços biofísicos propícios à intervenções de aproveitamento hídrico. Por outro lado, comunidades como os Kaingang que conquistaram direitos com a Constituição de 1988, reafirmam suas identidades, tradição e compreensão de natureza com o objetivo de resistir as investidas de incorporação a sociedade vigente ou, pelo menos, obter compensações sobre a exploração de seus territórios. Retomamos as questões apresentadas ao longo do trabalho.

A primeira questão, trabalhada no primeiro capítulo, buscou identificar qual era o significado da construção no final da década de 1940 da Usina Hidrelétrica de Apucarantina em um contexto macro? Durante a pesquisa ficou evidente que o contexto de expansão do capitalismo teve fortes influências nas propostas governamentais, sendo o modelo de desenvolvimento aplicado a todo território. Esta proposta forneceu justificativas para a construção de diversos projetos de infraestrutura, como as hidrelétricas, com o intuito de acelerar o desenvolvimento econômico do país e assim subsidiar o fornecimento de energia elétrica necessária para a expansão da urbanização e expansão industrial. Assim a Usina Hidrelétrica de Apucarantina se apresenta tal como evidência as análises propostas – das imagens da usina em construção, veiculadas na revista **A Pioneira** – no primeiro capítulo como um elemento simbólico da ideologia desenvolvimentista.

Com relação a segunda questão desenvolvida sobre as percepções de natureza envolvidas nas apropriações do espaço em conflito, identificamos que há duas culturas com percepções diametrais de significação. A sociedade brasileira no século XX, têm em conta uma noção de desenvolvimento linear, em que há uma cultura de consumo e preza pelos confortos modernos. Também compreende que natureza é algo que pode ser comprado e possui valor de mercado, apresentando uma lógica de propriedade privada, devido o avanço do sistema capitalista ao longo

do século. A natureza para esta sociedade, muitas vezes foi encarada como um desafio a ser conquistado, prezando apenas suas qualidades funcionais e instrumentais.

Por outro lado, apresentamos a noção de natureza dos povos que ocuparam este mesmo espaço, as comunidades Kaingang da Bacia do Tibagi. Estes têm no espaço um elemento fundante de suas práticas de subsistência, política interna, proteção e perspectivas religiosas. Sua compreensão de tempo é pautada por uma lógica cíclica, e sua percepção extrapola a lógica utilitarista, na qual as comunidades Kaingang apresentam em suas práticas a construção de laços afetivos ao território, ao atribuírem a elementos naturais significados caros a sua organização social.

Esta constatação de que há diferentes atribuições ao espaço natural pode ser constatado ao longo da coabitação entre ambos grupos. Choques culturais e a resistência dos povos autóctones que estão presentes desde os primeiros contatos e é um fenômeno que longa duração que culminou com a reivindicação de direitos. Tal como demonstramos no segundo capítulo, tais diferenças de compreensão sobre o que é natureza ainda é uma questão que gera conflitos em nossa sociedade. A proposta de Decreto analisada deixa claro que há conflitos de interesse sobre o espaço natural, na qual, as comunidades indígenas reivindicam aquele território como um espaço tradicional de ocupação, importante para sua reprodução social. Outros grupos, como os deputados, envolvidos e a própria empresa concessionária, vê este mesmo espaço como uma ferramenta em potencial, ou poderia se dizer, mais uma engrenagem na máquina de produção.

A última questão trabalhada, sobre permanências ideológicas na forma de representação da usina, pela mídia – durante o conflito judicial sobre a revisão do acordo de concessão – fica evidente que há uma perpetuação da imagem de comunidades tradicionais como entraves para o desenvolvimento nacional. Desta forma identificamos a permanência da ideologia desenvolvimentista com relação as reivindicações indígenas. Assim como da binaridade entre civilização/barbárie e cultura/natureza. Sendo a própria percepção do que é natureza o cerne destes conflitos, que perdura os 160 anos de coexistência: entre a sociedade hegemônica que reocupou a região; as comunidades indígenas que foram confinadas a áreas restritas e lutam para manter seus territórios; e o próprio espaço que foi sendo ressignificado por ambos os grupos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jozimar Paes. A Construção Histórica do Ecosocialismo. In: 13o. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia., 2012, São Paulo. **Anais do 13o. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência., 2012. v. 1. p. 1582.

\_\_\_\_\_. Ecosocialismo e a contribuição de seu ideário político: o Manifesto Ecosocialista Internacional. **Diálogos (14159945)**, v. 19, n. 2, 2015. p.803.

ARRUDA, Gilmar. Descendo o rio: alguns apontamentos para uma história ambiental do rio Tibagi-PR In: **Descendo o rio: alguns apontamentos para uma história ambiental do rio Tibagi-PR**. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v.1, p. 205.

\_\_\_\_\_. Rios e governos no Estado do Paraná: pontes, força 'hidráulica' e a era das barragens (1853-1940). **Varia Historia**, v. 24, n. 39, 2008. p.156.

BAENINGER, R. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XXI. Anais.... Caxambu, MG, Abep**, 1998. p. 734.

BRASIL. Decreto Nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Código de Águas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04/01/2017.

COSTA, Ana Luiza B. Martins *et al.* **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. CEDI, 1990.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Projeção da Demanda de Energia Elétrica: para os próximos 10 anos (2015-2024)**. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/DEA%2003-2015-%20Proje%C3%A7%C3%B5es%20da%20Demanda%20de%20Energia%20EI%C3%A9trica%202015-2024.pdf>>. Acesso em: 28/09/2016.

KOMARCHESQUI, B.M. **Retratos de uma cidade: A fotografia no jornal Paraná-Norte (1934-1953) e na revista A Pioneira (1948-1954)**. Londrina: UEL, 2013. Dissertação de mestrado.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto. **Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002. p.3.

LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. Projeto de Decreto Legislativo Nº 381-A de 1999. Disponível em: <<http://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/pesquisaleis.xhtml#>>. Acesso em: 08/01/2015.

MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. e SCHWARCZ, L. M. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.4. p. 590.

MOTA, Lúcio Tadeu. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. **Antíteses**, v. 7, n. 13, 2014.

NOVAK, Éder da Silva. Territórios e grupos indígenas no Paraná: a expropriação de terras através do acordo de 1949. In: **Encontro Regional de História**, 14., 2014, Campo Mourão. Anais. Campo Mourão, UEP, p.1760.

OBRAS da Usina do Apucarantina da Empresa Elétrica de Londrina. **A Pioneira**, Londrina, set. - dez. 1948.

OLIVEIRA, D. A. de. **A construção da Barragem Capivara e as transformações socioambientais na região do Baixo Tibagi**: dec. de 1970-1980. Londrina: UEL, 2012. Trabalho de conclusão de curso.

TIEZZI, Enzo. **Tempos históricos, tempos biológicos**. NBL Editora, 1988.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em Movimento**. 1995. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. p.68.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **Geosul. Florianópolis**, SC. Brasil, V. 3, N.5, 1988.

SILVA, Edson Armando. **Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa**. Curitiba: UFPR, 1993. Dissertação de mestrado.

SIMONNET, Dominique. A crítica da sociedade industrial. In: **O ecologismo**. Lisboa: Moraes Editores, 1981.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Estudos Históricos. v. 4, n. 8, 1991.

\_\_\_\_\_. **Under western skies: nature and history in the American west**. Oxford University Press, USA, 1992.